

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Alexsandro Cardoso da Cruz

**CRÍTICA AOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO E
FUNDAMENTAL SOBRE AS “ORIGENS INTELECTUAIS”
DA REVOLUÇÃO FRANCESA —
RÉTIF DE LA BRETONNE, UMA OPÇÃO DIDÁTICA
PARA ENRIQUECER O CONTEÚDO SOBRE O
ILUMINISMO.**

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZA- GEM DE HISTÓRIA - UFU
N.º 1282
Data 02/10/98

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Setembro de 1998

1282

Alexsandro Cardoso da Cruz

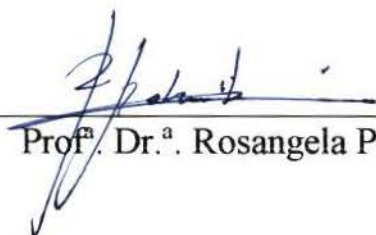
**CRÍTICA AOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO E
FUNDAMENTAL SOBRE AS “ORIGENS INTELECTUAIS”
DA REVOLUÇÃO FRANCESA —
RÉTIF DE LA BRETONNE, UMA OPÇÃO DIDÁTICA
PARA ENRIQUECER O CONTEÚDO SOBRE O
ILUMINISMO.**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do Bacharelado em
História da Universidade Federal de
Uberlândia, sob a orientação do Prof.
Dr. Alcides Freire Ramos.

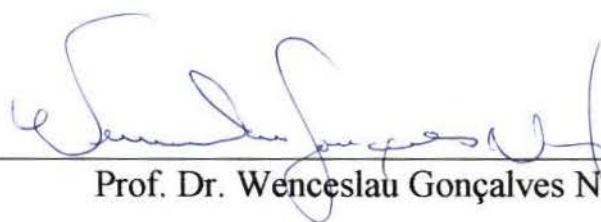
**Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Setembro de 1998**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcides Freire Ramos (Orientador)



Prof.^a. Dr.^a. Rosângela Patriota



Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Nota: (100,0) (cem pontos)



18/09/98

Uberlândia, Setembro de 1998.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, por me dotar de capacidades intelectuais, o que me possibilitou vencer mais esta etapa da vida.

Ao meu amigo e mestre Luís Ângelo, professor de história do 2º grau que me inspirou e ensinou-me a gostar de história.

Ao professor Paulo Machado, que nos períodos iniciais, incentivou a minha continuação no curso, recebendo-me com muita credibilidade.

Aos inesquecíveis amigos dos primeiros tempos Francisco Júnior e Agnelo, o qual deram-me referências importantes para o meu desenvolvimento; sem esquecer de Aurélio e Nérberto, pessoas que me ensinaram a perceber a história na realidade e na militância política.

Agradeço aos meus pais, por ter me proporcionado condições sociais imprescindíveis para meu estudo e vida repleta de amor e alegrias.

E por último e mais importante, meus agradecimentos especiais ao orientador de minha pesquisa: o competente e compreensivo professor Alcides Freire Ramos, que com a paciência e perseverança me incentivou a desenvolver este trabalho.

Obrigado a todos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
 CAPÍTULO I	
Livro didático e o Tema As “Origens intelectuais” da Revolução Francesa: Uma crítica indispensável.	9
1.1 Porque estudar o livro didático?	9
1.2 O Iluminismo nos livros didáticos.....	18
 CAPÍTULO II	
“Boêmia Literária” na França Pré-Revolucionária: A Revolução Francesa foi um triunfo das luzes?	27
 1 - A Revolução Francesa foi um triunfo das luzes?	27
1.1 - O pensamento iluminista tinha um conteúdo de natureza revolucionária?	29
1.2 - O Alto-Iluminismo e a Revolução.	30
2 - Os Subliteratos na “Boêmia Literária”.	35
2.1 - As facetas do Underground tinham algo em comum.	39
2.2 A popularização do Iluminismo.	41
2.3 Um tiro no escuro.	44
2.4 O comércio ilegal de livros.	47
 CAPÍTULO III	
Rétif de la Bretonne: Uma opção didática.	64
 CONCLUSÃO	90
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

INTRODUÇÃO

A história deve estudar os homens e a sociedade na qual estão inseridos e suas transformações ao longo do tempo. Seu propósito é restabelecer a dignidade, a justiça e a paz social.

Para tal, seria imprescindível um ensino de história que permita aos educandos se sentirem como sujeitos ativos do mundo em que vivem, produzem e consomem, interagindo com seu meio social.

O ensino de história não tem exercido plenamente o seu papel. A omissão dos fatos, dos agentes históricos, a parcialidade dos conteúdos de livros didáticos em apresentar apenas uma única versão ou visão do fato, negligenciando outros aspectos inseridos neste, como a interpretação histórica dos sujeitos “silenciados” e “derrotados” pela memória do “vencedor”, pode ser indicado como um dos responsáveis por este fracasso.

O aprendizado de história na forma como é concebido não corresponde às expectativas depositadas nele, pois a história vem sendo transmitida de maneira a excluir importantes agentes ativos do processo histórico, mostrando uma realidade parcial com roupagem de verdade absoluta e acabada que serve apenas para reproduzir uma dada representação da história: aquela comprometida com os valores e interesses das classes dominantes e perpetuados pela historiografia tradicional.

Ora, não será esta história dominante conhecida como oficial/tradicional, veiculada em muitos manuais didáticos, que proporcionará a criação do aluno criativo, crítico e capaz de transformar a realidade, visto que este nem mesmo conhece o fato como um todo e a luta daqueles que tentaram mudar o mundo.

O problema ganha amplitude ao constatarmos que, num país como o Brasil, o livro didático encerra-se como praticamente o único material de estudo para os alunos e pesquisa para os professores.

Não pretendo generalizar e atacar todos os manuais didáticos, mesmo sabendo que alguns mais recentes sejam de boa qualidade e trabalhem melhor seus temas, apontam críticas e questionamentos aos assuntos abordados. Entretanto, estes são a minoria, que por sua vez, também se mostram limitados em suas análises por se fundamentarem em uma historiografia já ultrapassada e, portanto, passível de mudanças frente a uma historiografia mais atualizada e/ou alternativa.

Proponho um conteúdo de história que procure resgatar a dinâmica da vida dos homens em sociedade para os alunos refletirem melhor a sua realidade social, questionarem, interagirem com a sociedade a fim de modificá-la e exercerem a sua cidadania.

Na verdade, a história oficial ensinada de forma memorizada (datas, nomes, vilões, heróis, mitos) em que não aparece conflito, lutas de classe, discriminação social ou racial, reforça a memória do vencedor mantendo a ordem burguesa.

É diante deste lastimável diagnóstico que proponho apresentar as falhas dos manuais didáticos sob severa crítica, esperando com esta pesquisa preencher estes espaços vazios, incompletos, mal explicados e fundamentados e, portanto, ideológicos que percebemos, ao analisar os conteúdos desse material articulando-os com uma nova bibliografia ou historiografia e correntes interpretativas da história que podem contribuir para refazer e complementar a deficiência de determinados conteúdos expressos em abordar o fato como um todo.

Neste sentido, apontarei a insuficiência dos conteúdos de vários livros didáticos, paradidáticos e apostilas em trabalhar o tema: *ILUMINISMO - REVOLUÇÃO*

FRANCESA, apresentando uma historiografia mais recente que complemente ou esclareça melhor esta questão, enfocando o seguinte: a maioria, (para não dizer todos os autores de livros didáticos), não explica precisamente como a filosofia da “luzes” contribuiu para a mais importante revolução política do século XVIII e é neste sentido que aprofundarei o estudo, apresentando o “outro lado” do Iluminismo (o “baixo Iluminismo”) como aspecto mais decisivo e revolucionário que o primeiro para a eclosão de 1789.

O sentido maior desse trabalho é subsidiar professores e alunos do ensino médio e fundamental com uma sugestão alternativa de compreender o binômio relacional Iluminismo - Revolução Francesa através de uma historiografia atualizada e de outros recursos para o incremento deste tema estudado.

Primeiramente, tecerei uma discussão abordando a utilização do livro didático enquanto material de ensino e suas implicações, apontando a forma SUPERFICIAL com que estes tratam a relação do iluminismo com a Revolução Francesa.

Num segundo momento, criticarei a bibliografia/historiografia que fundamentou os livros didáticos e os materiais consultados, para demonstrar a precocidade, a carência, a deficiência com que estes abordam o assunto. Neste capítulo, apontarei uma historiografia lançada mais recentemente e que é capaz de suprir as falhas presentes nos livros em lidar com o tema, esclarecendo melhor a relação do binômio (a partir do submundo literário).

No terceiro instante, analisarei outra fonte complementar que auxiliará a formação dos alunos do ensino médio e fundamental na compreensão o tema; refiro-me à opção por Rétif de la Bretonne, articulada com o filme: CASA NOVA E A REVOLUÇÃO.

CAPÍTULO I

Livro didático e o tema As “origens intelectuais” da Revolução Francesa. Uma crítica indispensável.

1.1 - Porque Estudar o Livro Didático?

Em seu artigo na revista “O livro didático em discussão” Selva Guimarães Fonseca ressalta a importância deste material.¹

O livro didático é o principal veiculador de conhecimento sistematizado e produto de maior divulgação junto aos brasileiros que tem acesso a educação escolar, porém, Nicholas Davies² mostra sua contradição,

“este, engendra-se a serviço das classes dominantes interessadas em produzir indivíduos adequados a ordem capitalista”.

Neste sentido, o estudo do livro é extremamente necessário, pois significa denunciar o caráter ideológico que este assume, mesmo porque a imensa maioria dos professores de história encaram seu conteúdo como neutro, sem caráter de classe.

Se os livros são o único material didático que professores e alunos tem para sua formação, direcionar a educação por este suporte ideológico, falseador da realidade significa em primeira instância reproduzir os valores dominantes do sistema.

Não conceber a escola e o livro como espaço de contradições e luta de classes presentes na realidade concreta impede o resgate das classes subalternas (os

¹ FONSECA, Selva G. “Livro Didático em Discussão”, volume 2: Revista do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História do Departamento de História da UFU. Uberlândia, 1995, p. 05.

² DAVIES, Nicholas. “Livro Didático de História: Ideologia dominante ou ideologias contraditórias”. In. *Cadernos de História*, Uberlândia: Edufu, 1994, p. 27-40.

vencidos e silenciados do processo histórico) e não possibilita ao aluno se ver como agente social capaz de transformar a sua realidade.

Marcos Silva³ explica porque os livros didáticos continuam sem as inovações ou mudanças devidas, argumentando que:

“em nosso país existe uma tendência em destruir a história ensinada na escola como campo de reflexão de 1º e 2º graus. Tal fato é corroborado com o pressuposto ideológico que o 3º grau é o “locus” exclusivo da produção do conhecimento, da pesquisa histórica, e o ensino médio e fundamental um mero receptor passivo do conhecimento pronto, cristalizado que vem de cima”.

Neste sentido, Leide Divina⁴ em seu artigo, defende a pesquisa como elemento fundamental do verdadeiro ensino. Pois, sem ela

“Estamos formando reprodutores de uma ciência pronta e acabada sem nenhum referencial teórico ou metodológico, se não aquelas das teorias cristalizadas e acabadas. (Fenelon, 1982. 28)”.

Mesmo sabendo da relevância do livro didático (em especial o de história) é mínima a preocupação universitária com a produção e a natureza do conhecimento histórico veiculado nestes livros. Não se discute que se o ensino médio e fundamental sofre esta carência, isto pode ser resultado direto do ensino superior. Portanto, cabe a nós professores, entendendo esta situação, denunciar, lutar e discutir porque isto acontece e, é claro, não reforçando a apatia causadora do processo.

O problema estende-se ao entendermos como é concebido o livro didático no Brasil. Selva Guimarães Fonseca em seu artigo nos mostra a maneira leviana de tratar a questão ao denunciar a irrelevância e o descaso com que o governo e as autoridades do ensino tem em relação ao que está sendo colocado no mercado como suporte do

³ SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando História*. São Paulo/Rio de Janeiro: ANPUH/Marco Zero, 1984, p. 8-15.

⁴ TURINI, Leide Divina Alvarenga. *Avaliação do Contexto da Ação Pedagógica do Professor de História*. Uberlândia, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) UFU.

conhecimento histórico no momento em que delegam basicamente ao mercado consumidor capitalista as exigências da qualidade dos livros.

“O público consumidor não exige livros didáticos de boa qualidade. Logo a indústria se comporta como fabricante de um produto qualquer, a oferta varia de acordo com a demanda. Se tem livros ruins no mercado é porque eles tem aceitação por parte dos professores.”⁵

Portanto, fica evidente, com esta breve apresentação a incompetência com que o Estado, o maior comprador de livros, sem um critério rigoroso de avaliação e de controle na qualidade da produção didática concebe a fabricação e distribuição dos livros. Pode até ser que esta situação atualmente possa estar mudando, mas a “grosso modo”, ainda predomina.

Neste sentido, talvez o problema mais grave seja a falta de consciência ou a conivência de muitos professores que continuam utilizando livros de baixa qualidade sem avaliá-lo, alimentando, assim, o ciclo vicioso da precocidade didática e do baixo padrão do ensino.

Remetemos novamente a Marcos Silva:

“O ensino atua assim num tecido de relações sociais que produz parte da ideologia do sistema de dominação. A aprendizagem de história torna-se incapaz de indagar sua própria historicidade”.⁶

Concluimos, então, que o livro é uma mercadoria e esta própria condição em si, resulta em algo a ser mais acessível ao público consumidor, portanto não é de se estranhar que na confecção dos livros exista a preocupação em torná-lo acessível: ser atraente, de fácil assimilação e compreensão sem reflexão, críticas ou discussão, são características básicas deste produto a ser consumido.

⁵ FONSECA, Selva G. Op. cit., p. 05.

⁶ SILVA, Marcos A. Op. cit., p. 8-15

Leide Turini em sua dissertação nos mostra as implicações de se ter o livro na condição de uma mercadoria atraente. *“Na ânsia de produzir uma linguagem mais simples a opção é pela história factual que se crê objetiva e verdadeira”*.⁷

Em outras palavras, o livro na condição de mercadoria de consumo acaba a se limitar a análises simplificadoras, esquematizadoras e superficiais cristalizando uma linguagem sem comprometimento crítico, o que reduz seu conteúdo a memorização mecânica dos fatos, nomes, datas, etc, por ser mais cômodo do que o raciocínio e a reflexão. A história, assim, portanto, transforma-se na simples narração dos fatos, ou melhor, de apenas uma face destes fatos.

Lucien Febrev não concorda com este tipo de história e aponta outra forma de resgatar a história, evitando sua simples narração e projetando a história para o presente.

*“Peço-lhes que se entreguem a Claude Bernard, com uma boa hipótese na cabeça. Que nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, como outrora se usava procurar livros nos cais. Peço-lhes que nos dêem uma história não automática, mas problemática.”*⁸

Se não mudar a maneira de construir e transmitir a história as palavras dos livros e dos professores que transmitem o conhecimento assumirão poder total no processo de ensino aprendizagem, não havendo espaço para considerar o aluno como agente capaz de propor questões ou dispor de conhecimento a partir de sua própria experiência de vida social para a criação do conhecimento histórico crítico.

Ora, não devemos aceitar este monopólio errado do saber que torna a história algo distante da realidade e, portanto, desinteressante para os alunos. O conhecimento não pode ser dado como pronto pelas autoridades (livros, documentos, profissionais).

⁷ TURINI, Leide Divina Alvarenga. Op. cit., p. 63.

⁸ FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989, p. 181.

Adalberto Marson, ao recuperar o tema “livro didático”, aponta as regras para construir a história problematizando as suas implicações.

“A construção do conhecimento histórico para ser aceito como científico, conforme um padrão de racionalidade e objetividade segue critérios rigorosos de investigação, que, contudo, apesar dos professores buscar através dos métodos a historicidade dos fatos não ultrapassam uma dada interpretação por outra mais “correta” sem trocar o vínculo com a dominação”.⁹

Quer dizer, para se construir o conhecimento histórico Marson descarta a “mesmice” do historiador em nome da objetividade nascida pelo triunfo da consciência burguesa na convicção de estar descobrindo assuntos nas suas pesquisas, repete o ciclo da preservação das imagens deixadas pelos vencedores.

Marson, ao explicitar esta questão, nos revela as limitações dessa operação, mas, ao mesmo tempo, revela como realizá-la a fim de não repetir os mesmos vícios da historiografia tradicional.

“Se o historiador dispõe de recursos teóricos e informativos a análise de conteúdo é capaz de revelar uma historicidade diferente da memória instituída”.¹⁰

Em outras palavras, a idéia central de Marson nos procedimentos da construção histórica parte em não separar sujeito do objeto e ação do pensamento. Ou seja, através de uma historicidade mais profunda e de outros discursos desvendando o discurso dominante, seria possível recuperar sujeitos e objetos vencidos e dominados no processo histórico. Geralmente acontece dos livros reduzirem o conhecimento histórico para vender um saber pronto de uma autoridade externa e pelo poder ligado ao teor afirmativo de sua linguagem.

Porém há um outro problema: quando o historiador tenta repor os dominados, a historicidade não se oferece com clareza e sua própria fala será também

⁹ MARSON, Adalberto. “Reflexões sobre o Procedimento Histórico”. In: SILVA, Marcos A. (org.). Op. cit., p. 48.

¹⁰ Ibidem, p. 48.

precária e dominada. Fazer um contradiscurso não garante chegar no concreto como síntese das contradições de uma totalidade, Marson aponta, porém, que:

“não podemos considerar “falsa” a memória do vencedor, apesar de negar as contradições, ela é parcial, Homoginizadora. A memória do vencedor se fecha na sua totalidade para caminhos da reconstituição histórica. As contradições do documento no empate com outras propostas inscreve nos registros “impuros” as brechas e os sinais para reconstituir a história.”¹¹

Em suma, este autor mostra que apesar das dificuldades é possível sem menosprezar qualquer documento que seja recuperar a história e a memória daqueles que foram “silenciados” e “derrotados” no processo histórico.

De fato, o livro didático é o grande suporte no qual a maioria dos professores de história se apoia para viabilizar suas aulas, mesmo que não seja a única fonte utilizada. Não há professor que não o tome ao menos como referência. Segundo estudiosos do tema, como Kátia Abud, o livro tem sido utilizado para informar não apenas o aluno, mas também o próprio professor tendo em vista que:

“Em razão das deficiências de formação e das condições de trabalho que enfrenta não procura outro tipo de obra para a preparação das aulas, quer expositivas, ou de qualquer outra natureza, já que mesmo para trabalho com texto, de modo geral são utilizados trechos do livro de classe.”¹²

Turini ressalta a dificuldade de compreender a história enquanto construção a partir de um material impregnado de ideologia.

“O livro tem sempre uma única interpretação da história o que torna complicado a sua adoção como material exclusivo na viabilização das aulas. Encarar uma dada visão historiográfica como verdade absoluta dificulta a compreensão do conhecimento histórico que é uma construção e que portanto, existem diferentes verdades históricas.”¹³

¹¹ Ibidem, p. 62.

¹² ABUD, Kátia M. “O Livro Didático e a População do Saber Histórico”. In: SILVA, Marcos A. (org.). Op. Cit., p. 81.

¹³ TURINI, Leide Alvarenga. Op. cit., p. 64.

Carlos Vesentini, por sua vez, nos revela as consequências da utilização exclusiva do livro, mostrando-se preocupado com o poder que este exerce para além das capacidades de professores e alunos inferirem no saber “inquestionável” dos livros.

“Desta forma, o conhecimento apresenta-se fora da relação entre professores e alunos e impõe-se aos dois pólos, o livro didático vai expressar essa exterioridade e torna-se fonte decisiva para ambos.”¹⁴

Portanto, a utilização exclusiva de livros ligados à história oficial ou a historiografia tradicional acarreta uma inevitável consagração de mitos e estereótipos arraigados historicamente na narração histórica e em decorrência da mera apropriação de seu conteúdo sem questioná-lo, os fatos instituídos são reforçados.

Perante esta discussão, é possível pensar porque não adotar outro recurso de ensino (alternativo) que não seja o próprio livro didático. Neste sentido Leide Turini discute sobre a importância de se utilizar “eixos temáticos” para o ensino de história assim como outras diferentes formas de linguagem para produção histórica e para despertar interesse e melhor compreensão dos alunos.

“O ensino de história através de eixos temáticos é uma proposta renovadora e tem como objetivo romper os esquemas simplificadores e ortodoxo do ensino como a história de filiação positivista baseada no quadripartismo francês e a história de filiação marxista.”¹⁵

Turini afirma que, com este estudo, é possível apreender a totalidade social.

“Na perspectiva de qualquer tema/objeto permite apreender a totalidade do social uma vez que a totalidade não implica em uma visão global. Ela está em cada objeto que se analisa e pode ser reconhecida em cada uma das partes, pois estas contém elementos que permitem ver a totalidade em sua diversidade e não em sua aparente uniformidade.”¹⁶

¹⁴ VESENTINI, Carlos Alberto. “Escola e Livro Didático de História”. In: SILVA, Marcos A. (org.). Op. Cit. p. 74,

¹⁵ TURINI, Leide Alvarenga. Op. cit., p. 65.

¹⁶ Ibidem, p. 65.

Para a autora, o tema possui referencial teórico aberto que recusa esquemas explicativos prévios, sendo assim, seria possível recuperar e garantir a autonomia do professor no processo de trabalho escolar.

Essa mesma autora, no entanto, discute as dificuldades na adoção desse tipo de ensino, ao abalar os esquemas previamente estabelecidos, cristalizados nos meios educacionais e na sociedade de uma forma geral, mostrando como as inovações são vistas de forma pejorativa pelas autoridades do ensino.

“...uma trama verdadeiramente diabólica para a conquista ideológica do país por meio da escola. E isso, se o Brasil quer modernizar-se, tornar-se próspero e entrar para a comunidade das nações realmente civilizadas é algo que não se pode permitir.” (citado pela revista brasileira de história, 1987:23).¹⁷

Como os eixos temáticos, novas linguagens no ensino de história vêm sendo bastante discutidas nos últimos anos, Leide Turini aponta as vantagens dessa utilização argumentando que:

*“A utilização de novas linguagens ataca de forma contundente aquela concepção de que o conhecimento histórico constitui-se em um conjunto bem organizado de fatos prontos e acabados e que só podem ser encontrados em livros ou nas obras ditas ‘científicas’.”*¹⁸

Entretanto, esta mesma autora ainda ressalta os perigos da utilização desses outros recursos (músicas, filmes, literatura, teatro, história em quadrinhos), ao ser empregado apenas para ilustrar um assunto ou vencer a apatia dos alunos.

*“Nesses casos, não há uma discussão mais profunda do recurso utilizado de resgatar sua historicidade e apontar seus limites e especificidade.”*¹⁹

Ou ainda o risco de exagerar na adoção desses recursos.

¹⁷ Ibidem, p. 65.

¹⁸ Ibidem, p.68-69.

¹⁹ Ibidem, p. 68-69.

“O que resultaria tanto na sua má exploração quanto na criação de uma resistência ainda muito maior do aluno à reflexão e discussão, além, é claro, da perda progressiva do seu interesse por tais metodologias de ensino.”²⁰

Estas questões que envolvem vários recursos de linguagem, inclusive o livro didático para viabilização das aulas, não se esgotam aqui. Quero esclarecer, portanto, que continuo optando pela adoção do livro, não como fonte exclusiva do saber, mas como um dos possíveis suportes da aprendizagem, desde que, seu conteúdo esteja imbuído de uma historicidade coerente, não unilateral, e que abarque a totalidade dos fatos, mesmo sabendo das dificuldades de resgatar todo o conhecimento histórico em livros didáticos.

Para finalizar este tópico, vale mencionar os argumentos de Gilberto Contrim. Este autor, em suas considerações sobre o uso adequado do livro didático, nos auxilia na síntese desta discussão, pois ilustra muito bem a maneira de conceber o livro didático enquanto fonte de ensino e a relação do educando com o conteúdo veiculado neste.

“O grande desafio que temos como professores é assegurar que nossos alunos tenham uma postura crítica em relação aos conteúdos transmitidos e aprendam a construir seu próprio ponto de vista.”²¹

Contrim cita a ABRALE (Associação dos autores de livros educativos. Proposta para melhoria da qualidade dos livros didáticos, SP, 1985).

“Mesmo um livro excelente convertido em dogma, ou “camisa de força” do trabalho do professor, produziria maus efeitos. Nenhum livro pode dar conta das inúmeras situações com que a realidade da sala de aula desafia o professor.”²²

O autor continua,

“Nenhum livro, entretanto, pode dar conta dessa dinâmica tão ampla quanto ininterrupta. Ao apresentar qualquer espécie de conteúdo, o livro sempre estará refletindo certo instante e certa parcela do processo do conhecimento.”²³

²⁰ Ibidem, p. 68-69.

²¹ CONTRIM, Gilberto. *História e Reflexão*. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 05

²² Ibidem, p. 05.

²³ Ibidem, p. 05-06.

Os livros devem ser utilizados com flexibilidade e censo crítico. Devem ser considerados como um roteiro básico de estudos, cujos temas precisam ser ampliados e discutidos. A aprendizagem reflexiva da história requer que o aluno descubra que este livro não é um lugar para todas as respostas. Por isso, é necessário que ele faça muitas perguntas, suscite inúmeras questões e cresça na tentativa de resolvê-las.

1.2 - O Iluminismo nos Livros Didáticos.

Os livros didáticos, paradidáticos e apostilas pesquisadas, em sua maioria absoluta, não explicitam claramente como o Iluminismo somado a tantas outras causas, econômicas, sociais e políticas, contribuiu ou influenciou toda uma mentalidade revolucionária que se responsabilizaria pelo feito de 1789 na França. Na verdade, delegaram os autores de livros ao Iluminismo um fator imprescindível para a Revolução Francesa, apesar de não entrarem em detalhe nesta questão. Por que?

Praticamente todo o material consultado não toca muito bem neste item. Privilegiam, ao analisarem a revolução, os aspectos econômicos como fator primordial e decisivo para o fenômeno.

Desta forma, portanto, fica evidenciado de início a natureza parcial e ideológica dos livros em não retratar igualmente todos os níveis da realidade. Mostram majoritariamente apenas uma parte/visão explicativa para o fato, deixando de expressar como mais precisão os elementos culturais e mentais que, como já foi dito, inferiu-se também para a eclosão de 1789.

Os materiais consultados mal explicam porque consideram a filosofia da “luzes” responsável pelo amadurecimento mental na França e que teria servido de alicerce teórico e inspirativo para os revolucionários.

Partindo do pensamento de François Furet, cabe perguntar: porque os livros didáticos não se comprometem em analisar as mudanças ocorridas nas mentalidades antes, durante e depois da Revolução Francesa para compreender, de fato, como esta revolução marca o início de uma nova era na história, o começo de uma nova mentalidade predominantemente racional e científica, como está dito nos livros.²⁴

Este questionamento é muito pertinente, pois irá nos remeter à crítica que a historiografia contemporânea (principalmente François Furet) faz à idéia tradicionalista que considera a Revolução Francesa uma ruptura total com o Antigo Regime, um marco entre o antes: feudal, aristocrata e o depois: capitalista, burguês e democrático. Em seu livro: *Pensando a Revolução Francesa*, Furet argumentará convincentemente a possibilidade da revolução de 1789 dar continuidade ao passado tradicionalista, ao invés de romper com ele. Para ele a revolução tem um nascimento, mas não um fim.

É de se pensar: será que mudanças sociais e econômica acontecem em um curto espaço de tempo? Pode ser que sim. Mas, e as transformações culturais ou mentais? Dificilmente. O próprio Furet não acredita que mudanças radicais possam acontecer num curto espaço de tempo.

Portanto, considerar o fenômeno francês de 1789 uma ruptura total com o passado TRADICIONALISTA no mínimo é ideológico. Estas e outras especulações pertinentes à relação Iluminismo e Revolução Francesa veremos mais adiante no Capítulo II. No momento, faz-se necessário apresentar a síntese de cada material didático

²⁴ FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

consultado, de modo a tornar mais explícitas as considerações feitas anteriormente.

Vejamos como aparece o tema Iluminismo - Revolução Francesa nestas publicações:

A começar por Virgínia Valadares²⁵, que em seu livro apenas menciona o fato de a divulgação das idéias iluministas serem um estímulo à rebelião.

Não insere, portanto, nesta apresentação superficial como eram divulgadas essas idéias, e nem porque eram um estímulo à rebelião.

Gilberto Contrim²⁶ relata a importância do movimento iluminista para combater o absolutismo e os privilégios, enfocando pois que as idéias iluministas difundiam os princípios de liberdade, igualdade, fraternidade, tendo em vista uma sociedade mais justa. O autor descreve ainda que as idéias iluministas discutidas nos salões, lojas maçônicas contagiava setores progressistas da sociedade, ressaltando a multiplicação de associações de diversas naturezas para difusão de textos dos principais filósofos iluministas.

Contrim não esclarece ao leitor como as idéias discutidas nos salões eram difundidas para a sociedade em geral e o que ele chama de setores progressistas.

Cláudio Vicentino²⁷ apenas relata que toda a situação Francesa era denunciada pelos filósofos iluministas.

José A. Jobson Arruda segue a mesma apresentação rasa de Vicentino, enfoca somente que as idéias iluministas denunciavam a situação Francesa e seus livros eram cada vez mais lidos nos CLUBES para leitura.

No livro de Francisco de Assis Silva²⁸ somente no capítulo sobre a Revolução Francesa menciona que a burguesia foi influenciada pelo Iluminismo pregando o

²⁵ VALADARES, Virgínia et. alli. *Assim Caminha a Humanidade*. Belo Horizonte: Ed. do Brasil, 1982.

²⁶ CONTRIM, Gilberto. *História Geral*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

²⁷ VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Scipione, 1991.

²⁸ SILVA, Francisco de Assis. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Moderna, 1985.

liberalismo econômico como fórmula para desenvolver o capitalismo e provocar a revolução.

Aquino²⁹, um livro já mais denso voltado ao ensino médio, avança um pouco, pois preocupa-se em mostrar a presença de uma ideologia popular e uma revolução popular iniciando e engendrando-se na grande revolução que, apesar de dirigida pela burguesia, contava com a participação de outros setores não necessariamente burgueses como os SANS CULLOTES. Posteriormente, este autor descreve superficialmente a relação Iluminismo - Revolução: *"O direito divino dos reis era atacado pelos filósofos da razão."*

O interessante é perceber uma problemática levantada por Aquino. Ele menciona a existência de uma revolução popular iniciando a revolução burguesa³⁰, desta forma ele nos insinua a questionar se a presença da ideologia iluminista estava apenas nas idéias da burguesia, parece que não. Mas o importante a saber é qual o sentido e a interpretação que as outras camadas davam ao Iluminismo. Em suma, Aquino permite nos interrogar até que ponto a filosofia iluminista serviu de referência teórica a todos os fragmentos sociais do terceiro Estado.

O livro de Adhemar, Flávio e Ricardo³¹ da editora Lê, irá melhorar a problemática, estes livros são ditos como mais críticos, atualizados e observaremos que realmente os são, pois alargam esta questão da dimensão da filosofia da razão, permitindo

²⁹ AQUINO, Soares et. alli. *História da Sociedades*. 21º ed. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1990.

³⁰ Este problema camponês, fora estudado e renovado por muitos trabalhos, desde o início do século, de Loutchiski a Paul Bois, e que é, na opinião de Furet a contribuição central de Georges Lefebvre à historiografia revolucionária. Através da análise do problema e do comportamento camponês, Georges Lefebvre chega a duas idéias: que existem do ponto de vista social, várias revoluções naquela que é chamada a Revolução. E que a revolução camponesa, amplamente autônoma, independente das outras (da dos aristocratas, dos burgueses ou dos *sans-culottes*, por exemplo) é anticapitalista, ou seja, a seus olhos, voltada para o passado. Para Furet estas duas idéias são difíceis de conciliar com a visão de uma Revolução Francesa enquanto um fenômeno social e histórico homogêneo, abrindo um futuro capitalista, ou burguês, ao qual o "Antigo Regime" teria barrado o caminho.

³¹ RICARDO; ADHEMAR & FLÁVIO. *História 3*. Edição atualizada. Belo Horizonte: Lê, 1993.

indagarmos se o Iluminismo foi apropriado ou absorvido inexoravelmente por todos os sujeitos revolucionários da mesma forma e se, de fato, abrangia a toda sociedade francesa, visto que estes autores relatam a existência de uma ideologia POPULAR, AUTÔNOMA e mais RADICAL dirigida pelos Levellers, Diggers e Sans - Collotes que se fez presente na revolução como elemento adicional e fundamental para os revolucionários principais.

“Por mais burguesas que estas revoluções tenham sido, foram a sementeira de um desafio ‘vindo de baixo’ abrindo outras perspectivas, apresentado, assim, uma “revolução dentro da revolução”.”³²

Os autores enfatizaram que os Sans - Culottes possuíam uma ideologia própria não derivada da ideologia dominante, pois estes exigiam uma democracia direta, opondo-se inclusive à propriedade privada.

Neste mesmo livro, Modesto Florenzano acrescenta, com suas observações, o fato da filosofia da “luzes” não atingir as insatisfações dos camponeses e proletariado urbano. Portanto, fica evidenciado o avanço deste livro em relação aos outros em discutir a HEGEMONIA das “luzes” no processo revolucionário. Por esta interpretação, concluímos que o Iluminismo não “estava presente na cabeça de todos” e que as aspirações do proletariado urbano e rural, por exemplo, ultrapassavam as limitações da própria filosofia iluminista. Neste sentido é possível questionar se o “Iluminismo burguês” difere do “Iluminismo proletário” e posteriormente indagar se a revolução foi vontade de todos ou de uma fração, ou antes, se foi revolucionário atendendo as aspirações proletárias ou se foi outra coisa atendendo aos interesses da elite dirigente que criou um imaginário unificando as diferentes concepções de mudança encaixando dentro de apenas um ideal revolucionário.

³² Ibidem, p. 119.

Consultando a apostila Bilac II³³, a procura do envolvimento iluminista na sua projeção com a Revolução Francesa, constatei uma curta e superficial explanação do tema, o autor descreve resumidamente apenas o seguinte:

“Toda situação francesa foi denunciada pelos filósofos iluministas que mostravam a inadequação da estrutura política à nova realidade francesa.”

Em outra apostila didática³⁴ na parte da leitura complementar o autor cita os cadernos de queixas como síntese da insatisfação e das esperanças de uma vida melhor por parte da maioria da população. Curiosamente por esta rápida apresentação já nos sugere a perguntar:

As frases mal elaboradas destes cadernos expressavam algum conhecimento da filosofia das “luzes”, visto que, denunciavam os direitos feudais.

O mais impotente e interessante desse material aparece no momento em que o autor pergunta quais as medidas da Revolução Francesa reafirmaram medidas do Antigo Regime. Desta forma, porque não pensar que o Iluminismo pode ser uma delas.

Encerrando os materiais didáticos pesquisados escolhi um livro paradidático³⁵ a ser analisado. Neste, seu autor tem a preocupação de mostrar a importância do Movimento Camponês miserável e oprimido como o grande motor revolucionário. Lembrando que este autor afirma que Rousseau estava um pouco nas idéias deste campesinato.

Em suma, como vimos, praticamente todos os materiais consultados dão pouca importância na relação que o Iluminismo estabelece com a revolução, abordando precocemente este tema. Mesmo as apostilas mais críticas ou o livro da editora Lê, entre

³³ Apostila do Colégio Anglo, 2º Grau, Uberlândia.

³⁴ Apostila do Colégio Positivo, 1º Grau, Uberlândia.

³⁵ MOTA, Carlos Guilherme. “O Cotidiano da História”. In: *Revolução Francesa*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1991.

outros, apesar de nos insinuarem a indagar melhor o envolvimento ou a penetração do Iluminismo no seio das classes revolucionárias como a burguesia, ou proletariado urbano e rural em forma de ideologia universal e dominante, muitas outras explicações ficam a desejar e não são o suficiente para esclarecer caprichosamente outras tantas inquietações e perguntas que podem enferirem-se na discussão mais elaborada e minuciosa sobre o assunto, a exemplo: os filósofos iluministas preconizavam uma ideologia única? Como, de que maneira o Iluminismo serviu de base para a revolução? O Iluminismo de fato pretendia destruir o Antigo Regime? Por que a base da ideologia e do movimento popular ultrapassavam os propósitos da filosofia iluminista considerada dominante? Estes e outros questionamentos representam apenas um pouco da insuficiência explicativa dos manuais didáticos em trabalharem a questão, ou não conseguir esclarecer aquilo que ele mesmo insinuou e não explicou.

Concluo este Capítulo explicando um pouco destas indagações a parte da própria historiografia. Após as análises em diversos manuais didáticos consultados em suas respectivas bibliografia, constatei a predominância da incisão da historiografia (ou bibliografia) MARXISTA, como referencial teórico básico da maioria absoluta dos autores de livros didáticos de história.

Historiadores marxistas como Albert Saboul e Eric Hobsbawn estão presentes na bibliografia de praticamente todos os livros consultados. Entendendo, o marxismo pelo materialismo histórico dialético, sabemos a importância que MARX e seus discípulos concedem à aspectos como a produção de vida material (a infra-estrutura econômica, social) como base determinante para o estudo e entendimento da realidade como um todo, desta forma, então, fica evidenciado o motivo da primazia que os autores destes livros didáticos dão as causas econômicas e sociais para a eclosão da Revolução Francesa em detrimento dos aspectos culturais.

“Na produção social da própria vida, os homens constróem relações determinadas necessárias e independentes de sua vontade. Relações de produção etapas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade desta relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência.”³⁶

Nesta citação Marx deixa claro a sua análise da sociedade.

Em outras palavras, Marx quer dizer que a infra-estrutura (a base material econômica) determina a superestrutura (a consciência, a política, a ideologia, a cultura, o espírito, etc.), desta forma Marx privilegia em suas análises os aspectos econômicos em detrimento aos aspectos culturais, pois, estes últimos surgem em decorrência dos primeiros.

Neste sentido podemos, então, imaginar que qualquer interpretação marxista da revolução não conseguirá explicar o fato como um todo e não dará a mesma importância aos outros níveis da realidade situados fora da base material.

Enquanto os livros didáticos limitarem suas interpretações ao pensamento marxista dificilmente poderão trabalhar melhor a ideologia e a cultura, ou melhor, as MENTALIDADES.³⁷

Imagino que após estes esclarecimentos fique entendido o motivo da maioria dos livros retratarem tão superficialmente a questão cultural do Iluminismo.

Talvez o fato mais agravante ainda seja quando estes autores de inspiração marxista imaginam com suas interpretações apontarem para uma visão mais “autêntica” das Revolução Francesa e no “fundo” apenas reproduzem na prática a versão dos próprios

³⁶ MARX, Karl. “Prefácio (1859). Para a Crítica da Economia Política”. In: _____. *Os Pensadores*. Vol. XXXV, São Paulo, Abril Cultural, 1974, p.133-138.

³⁷ As “mentalidades” podem ser melhor trabalhadas com as contribuições de Le Goff à historiografia contemporânea. Ler: LE GOFF, Jacques. “As Mentalidades: Uma história ambígua”, In _____ & NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, vol. 03.

atores da revolução, reforçando ainda mais os elementos ideológicos impregnados no processo revolucionário.

Por último lembro apenas que a historiografia tradicional da Revolução Francesa advém basicamente da “esquerda” francesa e é MARXISTA, portanto, é neste sentido que proponho uma crítica a esta historiografia, fundamentando-me em uma outra mais sócio-cultural como alternativa de preencher as lacunas deixadas pela primeira.

CAPÍTULO II

“Boêmia Literária” na França Pré-Revolucionária: A Revolução Francesa foi um triunfo das luzes?

1 - A Revolução Francesa foi um Triunfo das Luzes?

A partir de uma leitura contemporânea da história fomentada nos anos 60, como a corrente de pensamento anglo-saxão que começou um movimento historiográfico de repensar a Revolução Francesa e da constatação da crescente perda de influência da esquerda na França após nortear significadamente a historiografia tradicional durante séculos observamos o surgimento de uma nova safra rica de intelectuais e historiadores, mas ligados a história sócio-cultural com propósito de romper as interpretações tradicionais da história, especialmente aquelas situadas no horizonte do marxismo, apresentando novas vias de recuperação e compreensão do passado, como por exemplo os ANNALES³⁸ o faz.

É, pois, debruçado neste novo viés interpretativo que fundamento minhas argumentações, esclarecendo inicialmente três pontos que considero relevantes e duvidosos ao estudar o tema do Iluminismo.

Primeiro: O Iluminismo assimilado a um modo de pensamento dominante no seio das elites, penetra no conjunto das mentes nacionais às vésperas de 1789?

³⁸ ANNALES. Revista francesa fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Comumente a ela se atribui o papel e divulgadora de profunda renovação metodológica nos estudos históricos. Fernand Braudel, a partir de 1946, torna-se seu diretor e entre os colaboradores mais destacados poderiam ser citados Georges Duby, Jacques Heers, Jacques Le Goff, Le Roy Ladurie, etc. Em entrevista que ficou famosa (setembro, 1985), Braudel assim resumiu as concepções do grupo de Annales: “Marx equivocou-se mais do que se imagina quando afirmou que os homens fazem a história; seria melhor dizer que a história faz os homens. Eles a padecem [...]. Ela avança como os procissões espanholas: cada progresso [...] produz novos problemas [...], há avanços e retrocessos. Ambos fazem parte das estruturas dinâmicas da história. Nelas existe não apenas Deus - mas o diabo também.

Segundo: Qual era de fato a natureza revolucionária da filosofia das “luzes”?

Por último, é de se pensar até que ponto o Iluminismo foi fonte de estremecimento psicológico que caracterizaria a derrubada final do Antigo Regime.

De acordo com Jacques Solé³⁹ e sob o prisma destas inquietações discorro explicações sobre estas dúvidas e de imediato afirmo esclarecendo o primeiro ponto, respondendo que o Iluminismo não penetrou no conjunto das mentes nacionais às vésperas da revolução, pois, sua influência social, permaneceu muito limitada e restrita a um círculo fechado de “esclarecidos” circunscritos nos elitizados salões franceses.

Desta forma percebemos que entre a imensa maioria da população francesa, os temas religiosos, profissionais, históricos ainda continuavam a dominar suas preocupações culturais.

“Os livros pios eram mais consumidos na província ou em Paris, que os dos filósofos.

*Quanto aos gostos intelectuais do povo, continuavam ligados ao sobrenatural, ao maravilhoso e ao fantástico. A nobreza esclarecida era o único grupo da população capaz de compreender e patrocinar a filosofia das luzes.”*⁴⁰

A maioria oprimida do povo, sem acesso a cultura erudita, não entendia a dimensão intelectual dos pensamentos “iluminados”, neste sentido, as “luzes” era fato estranho a grande massa do 3º Estado que se encontrava desinteressada por novidades e habituada a repetir os costumes familiares.

Em outras palavras, o pensamento Iluminista teve frágil enraizamento no seio da classe burguesa até 1789. O Iluminismo era uma utopia anti-popular às vésperas da revolução, o povo francês não conseguia compreendê-lo bem, não condizia com sua realidade, não partilhavam com esta filosofia. Sendo assim, antes da revolução, a tradição

³⁹ SOLÉ, Jacques. “Um Triunfo das Luzes?” In: *A Revolução Francesa em Questões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 18-34.

⁴⁰ Ibidem, p. 18.

institucional ainda era o grande motor que inspirava as atitudes políticas.

Antes e depois de 89 a fé apresenta-se predominante no complexo conjunto das mentes nacionais. As “luzes” com estreita base social, sem unidade, não tem público as vésperas de 1789.

“O Racionalismo desenvolvera apenas os valores aristocráticos de uma cultura contrária as aspirações tradicionalistas da imensa maioria do povo, muito alheio aos encantos da libertinagem.”⁴¹

Portanto, baseando-se nesta interpretação o Iluminismo não serviu de inspiração teórica e prática à imensa maioria do povo francês e à grande parte da elite burguesa dirigente para a derrubada do Antigo Regime. A filosofia das “luzes” serviu mais aos propósitos de aspirações imbuídas de valores aristocráticos, reafirmando cada vez mais a monarquia absolutista do que aos propósitos mais efervescentes e radicais de mudança desejadas pelo povo.

1.1 - O Pensamento Iluminista Tinha um Conteúdo de Natureza Revolucionária?

O script acima, nos remete àquela segunda indagação mencionada no começo, ou seja, entender qual a natureza revolucionária do Iluminismo.

Sabemos que o pensamento iluminista opunha-se a tradição monárquica, mas o interessante é perceber que esta contradição foi muito pouco sentida,

“a medida que o Iluminismo já era dotado por toda uma parte da elite do Antigo Regime e de setores da burocracia estatal sedenta por razão e direitos naturais”⁴²

Desta forma, podemos imaginar o seguinte: se a própria aristocracia “esclarecida” apropriava-se desta filosofia, o Iluminismo não poderia representar uma

⁴¹ Ibidem, p. 22.

⁴² Ibidem, p. 23.

agitação revolucionária contrária a ela mesma é muito menos ser algo capaz de gerar uma crise política que pudesse abalar as estruturas mais profundas da ordem estabelecida.

Robert Darton⁴³ pode esclarecer melhor a idéia do Iluminismo não representar uma contestação burguesa, pois desde 1971 já achava superada a tese clássica de considerar o pensamento das “luzes” uma ideologia revolucionária.

“Detesto seu elitismo que não favorece qualquer sublevação social, mas um programa de reformas liberais destinado a preservar a hierarquia e não destruí-la”.

Entendendo a República da Letras na França do século XVIII, torna-se mais explícito e possível de explicar o motivo pelo qual o Iluminismo preconizado por grandes filósofos como Diderot, D’Alembert, Voltaire e outros, preconizava mais um sentido reformista do que um caráter revolucionário.

1.2 - O Alto Iluminismo e a Revolução.

Debruçando-se no livro de Robert Darton⁴⁴ no qual este esboça. Inicialmente às dificuldades na França do século XVIII de um escritor, mesmo que talentoso, ser reconhecido como um grande filósofo, podemos entender como surgiu o alto e o baixo Iluminismo, pois observamos o seguinte: Nos últimos 25 anos finais do Antigo Regime ser escritor na França era pertencer a uma “classe” de altos valores, ter prestígio, status, possibilidade de ensinar os monarcas a governar, etc. O sonho de muitos filósofos escritores era torna-se um “Voltaire da vida”, um filósofo membro da elite sócio-cultural francesa, freqüentador de Le monde (clube de ricos e poderosos, de talentosos literatos) de grandes e

⁴³ SOLÉ, Jacques. *A Revolução Francesa em Questão*. APUD: DARTON, Robert. *In Search of the Enlightenment: Recent attempts to Create a Social History of Ideas*. IMH, 1971, p. 113.

⁴⁴ DARTON, Robert. *Boêmia Literária e Revolução: O submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

refinados salões do circuito da intelectualidade como o Madame. Geoffrin ou os *salons* de Madame Sauvin e Necker.

Porém, para engendrar-se neste circuito, não bastava apenas ser talentoso. Pertencer a República das Letras, ou estar no quadro do chamado alto Iluminismo exigia mais requisito, como: depender da “proteção” (conhecer pessoas certas, cultivar a palavra como era entendida) não escrever nada que ofendesse o regime, acatar a linha dos grandes filósofos “esclarecidos” e pertencer a aristocracia ou a alta burguesia também não era ponto negativo, ou ainda ser um acadêmico.

*“Esta beneficência destinava-se, geralmente, a escritores sérios e merecedores; seria impensável para um qualquer, sem relações com Le Monde. Em primeiro lugar, na lista do governo, vinham os acadêmicos - a ponto de um assistente ministerial anotar numa das margens: ‘Há certo perigo de título de acadêmico torna-se sinônimo de pensionista do rei’.”*⁴⁵

Em outras palavras, ter opinião “sadia” era a qualificação para ser um grande filósofo de prestígio e em troca de tanta índole, o sistema monárquico referendava estes grandes com recompensas muito satisfatórias: cargos honoríficos, pensões gratificações, títulos acadêmicos, concessões para produzir e distribuir livros, ganhar uma posição privilegiada, ter permissão para expor seu talento através da escrita, entre outras compensações.

*“Em certos casos o governo subsidiava escritores que tivessem feito propaganda a seu favor. Mostrou-se benevolente para com o abbé Soulavie, pois, este submeteu alguns manuscritos versando sobre assuntos financeiros, à M. le Contrôleur Général. Evitava, ao contrário qualquer pagamento que fosse de duvidosa lealdade”.*⁴⁶

⁴⁵ Ibidem, p. 20.

⁴⁶ Ibidem, p. 21.

Desta forma, para ser um grande escritor, não poderia-se escrever para o público nada que incitasse contra as leis estabelecidas, sob julgo de censura, descrédito e ameaça de prisão. A monarquia usava fundos para estimular escritos que propagassem imagem favorável ao regime e certos bons escritores de prestígio.

Mas pensemos e o caso dos escritores secundários ou aqueles que criticavam o sistema? Bom estes praticamente nada recebiam, a não ser discriminação e indiferença aos olhares atentos do regime.

“O governo rejeitou liberar verbas para Dumont de Saintre-Croix, um autor de pouca expressão especializado em jurisprudência. Rivarol não recebeu, igualmente, coisa alguma. A monarquia sustentava circunspectos sábios, desejava, talvez, de recrutar uma nova elite intelectual. Dispensava igualmente, caridade. E cobrava fundos para estimular escritos que propagassem imagem favorável do regime. Mas sempre restringia os subsídios a homens de certo prestígio no mundo das letras. Personagens secundários, como Delesle de Sales, Mercier e Carra, tiveram a audácia de pedir pensões; nada recebiam.”⁴⁷

Neste sentido, somente os filósofos legitimados e respaldados pela monarquia que dominavam a República das Letras como D’Alembert, Diderot, Voltaire tinha o passaporte ao sucesso. Se era assim que este mundo funcionava seria muito estranho e pouco provável que estes grandes escritores projetados pela benevolência do sistema a eles, escrevessem “blasfêmias” ou algo que pudesse comprometer a própria ordem que os legitimou, ainda mais pela ameaça de perder sua posição. Sendo assim, a meu ver, seria difícil imaginar que alguns destes poucos privilegiados tivessem em seus escritos um ideal revolucionário de repúdio total e radical a estrutura do poder monárquico, que acabara de promovê-los.

Inclusive Darton afirma em seu livro que, os mais famosos filósofos iluministas mostravam-se favoráveis ao privilégio de nascimento e a hierarquia e com certa lógica, pois, se imaginarmos que os grandes filósofos tiravam proveito dessa mobilidade

⁴⁷ Ibidem, p. 21.

social oferecida aos “bons” escritores, é evidente que para manterem seus privilégios preferiam em vez de desafiarem a ordem social, afirmarem-na.

“Mesmo empregando linguagem um tanto forte para defender uma república das letras ‘democrática’ em oposição as práticas humilhantes do mecenato, D’Alembert sublinhava que a sociedade era e deveria ser hierárquica, e que o lugar mais alto estava reservado aos grandes.”⁴⁸

Sem dúvida, escrever na França tornara uma profissão que conferia um “Estado” aos homens de talento, mesmo de origem modesta. Escritores poder-se-iam integrar-se a uma sociedade de ricos patrocinadores e cortesãos. Porém, a promoção da alta sociedade acarretava compromisso com a ordem social.

Desta forma, compreendo que o alto Iluminismo, apesar de adeptos a uma filosofia racional de explicação dos fatos à forma de governo, de questionamentos às manifestações dos espíritos e valores do Antigo Regime, não repudiava totalmente a monarquia instituída. Este Iluminismo atendia à uma necessidade de modernização do Estado em virtude de seu desgaste ou a sua incapacidade em ministrar uma nova situação de “coisas” geradas pela evolução da sociedade Francesa, portanto, nem em última instância este Iluminismo pretendia destruir o Estado que acabara de patrociná-lo.

Neste sentido, os ideais da filosofia iluminista surgidas do próprio sistema hierárquico geradas e sustentados pela monarquia seria incapazes de criar ou apoiar uma outra forma de organização e manifestação de poder. Sabemos que o uso da razão para os monarcas presidirem o Estado, gerou foi o conhecido “despotismo esclarecido” o que não significa o desaparecimento da monarquia.

Em meu entendimento a crítica filosófica oriunda do alto Iluminismo à algumas estruturas do Antigo Regime, insinua com certeza à mudanças, mas sem nenhuma

⁴⁸ Ibidem, p. 24-25.

projeção revolucionária. As reformas defendidas pelo Iluminismo de “cima” acabaria por ser um elemento de transformação que desembocaria na Revolução Francesa, mas não um fator decisivo capaz de gerar uma crise política e abalar a antiga ordem. O Iluminismo criado pelas vias institucionais e incentivado pelo Estado a partir de concessões legais para produção e distribuição das obras dos grandes filósofos e fomentado no seio da sociedade aristocrática não tinha nada de temível a ordem tradicional; nem os seus elaborados e nem os seus leitores foram os responsáveis pela ruptura revolucionária.

De acordo com Solé, a Revolução Francesa, mesmo no plano ideológico.

“Vem mais da esperança política nos últimos dois anos antes de 89 do que uma literatura filosófica pouco democrática, restrita a um circuito intelectual e sem base social, entendendo que foi necessário acontecer uma crise global para o Iluminismo tornar partidário de alguma transformação.”⁴⁹

Esta explicação é diferente da idéia dominante originária dos revolucionários ao considerar o Iluminismo um responsável direto da revolução.

A própria franca maçonaria, a qual se atribui também ter causado no plano ideológico, a explosão de 1789, segundo o próprio Solé, não seria capaz de ter preparado a revolução.

“Fenômeno fundamental da sociabilidade, embora dividida e complexa, a instituição maçônica não podia desempenhar bem esse papel político. Gerard Gayot mostrou que a maioria de seus membros ficou ‘interdita, muda ou hostil quando da formidável invasão da democracia em 1789’. Pois sua ação e suas palavras, correspondiam, antes de mais nada, ao furor de associar à elite, típico do século XVIII. Não quiseram jamais perturbar o Estado nem a religião. Ambíguas diante das luzes, muitas vezes, pouco sensíveis à idéia de igualdade, os 50 mil franceses pertencentes a lojas maçônicas sob Luís XVI não contribuíram de modo algum para sua queda. Haviām se organizado para prosperar no âmbito da monarquia tradicional.”⁵⁰

⁴⁹ SOLÉ, Jacques. Op. cit., p. 26.

⁵⁰ Ibidem, p. 27.

Neste sentido, ao remetermos ao início do capítulo à outra indagação pertinente ao fato do Iluminismo ser fonte de estremecimento psicológico que caracterizou o Antigo Regime, faz sentido pensar que de fato não foi assim que aconteceu.

Devemos, portanto, para buscar estas explicações usar de outras fontes de informação capazes de transcender o universo legal, institucional da cultura francesa e da historiografia tradicional (incorporada à memória dos agentes revolucionária) para compreender, então, qual foi o fator mental que de fato estremeceu as bases da monarquia francesa.

2 - OS Subliteratos na “Boêmia Literária”.

Como já foi dito, a república das letras não acomodava todos os literatos de talento, muitos escritores, apesar de possuírem as qualidades dos grandes filósofos de prestígio, não adequava à essa república, talvez, por serem mais atirados, despojados de palavras favoráveis a monarquia, sem descendentes na aristocracia ou no clero, ou sem influência nos meios acadêmicos e na corporação de livreiros regulamentada e monopolizada pelo Estado, ou outros motivos como a humilde condição social, podem explicar porque muitos escritores viviam fora, à margem da institucionalizada república das letras.

Sendo assim, muitos escritores-filósofos existiam sem a possibilidade de ascenderem-se à glória, ao sucesso, à posição social privilegiada; coisas aparentemente garantidas a qualquer bom escritor, mas que na prática acontecia apenas para alguns.

“Foram bater à porta da igreja de Voltaire, mas ela permaneceu fechada, não subiu de status com a velocidade que imaginavam. Antes, caíram vertiginosamente, tragados por um mundo de opostos e contradições. Um monde virado às avessas, onde ocupavam um posição social absolutamente indefinida e

*a dignidade se dissolvia na penúria. Vista da perspectiva do submundo boêmio, a república das letras era uma mentira.”*⁵¹

Desta forma, os escritores coibidos pelo Estado e frustrados por não adequarem ao perfil ditado pela ordem monárquica, viam seus sonhos fracassados, suas ambições transformadas em desilusões e inevitavelmente não seria por menos, passavam a decair para uma vida sofrida e precária, habitando mansardas⁵², pulando de “galho” em “galho” à procura de uma forma de sobreviver, num mundo hostil às suas pretensões; o proletariado literário eram presas fáceis a psicologia do fracasso e não tinha nenhuma situação social, eram homens condenados à sarjeta.

Para complicar a situação dos subliteratos, segundo Darton⁵³, o mercado literário, apesar do crescente desenvolvimento da imprensa com Luís XVI, do aperfeiçoamento do sistema educacional, do aumento considerável de alfabetizados que gerou um público leitor mais rico e disponível, aos poucos foi saturando, não assegurando a demanda de uma super safra de filósofos, principalmente, provincianos à procura de um espaço no mundo das letras. Então muitos autores terminavam por encurralarem-se em editoras piratas a fim de conseguirem algum dinheiro, estas por sua vez não lhes garantiam e nem pagavam nada a seu serviços.

Estes RATÉS⁵⁴ projetavam seus talentos num circuito clandestino para sobreviverem, visto que:

“uma vez marcados pela boêmia literária, não mais tinham acesso a sociedade polida, onde circulava as mamatas e as oportunidades. Por isso os subliteratos amaldiçoavam o mundo fechado da cultura. Sobreviviam fazendo trabalho sujo na sociedade - espionar para a polícia e mascatear pornografias - e enchiam seus escritos de imprecações contra Le Monde, que os humilhara e corrompera. As obras pré-revolucionárias de homens como Marat, Brissot, e Carra não

⁵¹ DARTON, Robert. Op. cit., p. 33.

⁵² O ranking das classes sociais, na Paris do século XVIII, era por andares e não por vizinhança.

⁵³ DARTON, Robert. Op. cit., p. 33.

⁵⁴ RATÉ - Termo aplicado a artistas, de um modo geral, que por falta de talento ou de oportunidade, permanecem na obscuridade. O típico raté é o personagem central de *Le Neveu Rômeau*.

expressavam nenhum sentimento vago e 'anti-establishment': transpiravam ódio contra os 'aristocratas' literários que haviam expugnado a igualitária 'república das letras' dela fazendo um 'despotismo'. Foi nas profundezas do submundo intelectual que esses homens tornaram revolucionários: ali nasceu a determinação Jacobina de exterminar a aristocracia do pensamento."⁵⁵

Este script acima, faz-nos compreender, a situação que se encontrava um subliterato na França e sua reação perante a sociedade de privilégios que não seria outra, senão, a reação de ódio ao sistema, que acabara de empurra-los à sarjeta. Da impossibilidade dos filósofos considerados secundários de enquadrar no alto circuito literário, nasceu o submundo das letras, algo mais perigoso e radical e ameaçador do que o Iluminismo "de cima" para abalar as estruturas mais profundas da monarquia estabelecida.

Esse underground literário pelo seu descompromisso com a sociedade polida, produzia uma literatura suja, pornográfica, obscena, imoral, sem princípios e tampouco institucional do tipo formal e começara a crescer na França entre os jovens escritores que eram jogados para a outra realidade do mundo das letras. A escrita dessa gente à deriva, tendiam à difamação generalizada e depravada. Produziam obras obscuras de repúdio a aristocracia e ao corporativismo despótico, desenvolvendo também, propaganda anti-elitista e caluniosas em enciclopédias, antologias, manuscritos, libelles, compêndios. Estes "boêmios" literários difamavam à corte, a igreja, a aristocracia e tudo que fosse respeitável.

As calúnias eram fator visível na escrita de qualquer "pobre diabo", os libelles à exemplo revelava "segredos" de bastidores e além de escândalos, trazia um sensacionalismo sexual portador de uma mensagem social. Através de crônicas de adultério, sodomia, incesto, os libelles mostravam a decadência da aristocracia, a sua incompetência de administrar o exército, a igreja, e o Estado, destacando a corrupção política e

⁵⁵ Ibidem, p. 31.

explicitando que a cúpula da sociedade (a aristocracia) decaíra física e moralmente ao ponto de não mais saber nem reproduzir filhos.

São vários os relatos denunciando a impotência e o homossexualismo dos nobres.

“A devotada esposa de certo marechal de França (o qual sofre de imaginária moléstia pulmonar), considerando um marido dessa espécie demasiado delicado, julga seu dever religioso poupá-lo, mortificando-se com carinhos mais crus de seu mordomo, que ainda seria mero lacaios se não houvesse dado provas de invejável robustez.”⁵⁶

“Há cerca de duzentos coronéis na infantaria, na cavalaria e nos dragões da França; cento e oitenta sabem dançar e cançonetar. É essa, mais ou menos a quantidade dos que se vestem de rendas e usam saltos vermelhos. Pelo menos metade sabe ler e assinar o nome; e para concluir, nem quatro deles conhecem os rudimentos de seu ofício.”⁵⁷

A natureza dos libelles explicita bem o universo do underground em não se interessar por reformas, visto que, detestavam o sistema em si mesmo exprimido, via escrita o seu ódio por este, num momento complicado da monarquia francesa.

“Os panfletistas viviam de libelos desde os tempos de Pietro Aretino. Havião explorado todos as grandes crises da história Francesa. Mas a crise terminal do Ancien Régime propiciava oportunidade única - e os panfletistas mostraram-se à altura da ocasião, empregando toda a artilharia anti-social armazenada em seus rancorosos arsenais.”

Morande, um exemplo clássico de libellistas, vivia em meio à prostitutas, chantagistas, vigaristas, homicidas e em suas escritas reduzia o rei ao nível de sua corte ignorante, afirmando *“que Luís XV não tinha liberdade nem para dormir com amantes por ser dominado pelo chanceler”*⁵⁸.

E também falava: *“da suposta origem ilegítima de sua madame e de suas relações lésbicas com sua camareira.”*⁵⁹

⁵⁶ Ibidem, p. 40.

⁵⁷ Ibidem, p. 41.

⁵⁸ Ibidem, p. 42.

⁵⁹ Ibidem, p. 43.

Mesmo o governo colocando os libelles na base da ilegalidade, estas notícias grotescas, simples, não devem ser relegados a condição de mitologia, pois, a crise do Antigo Regime era vulnerável as oscilações da opinião pública que sensibilizavam-se com os escândalos, portanto, tais difamações abalaria sim a crise final do Antigo Regime.

Em suma, entendo que é importante saber que tanto o chamado alto Iluminismo como a baixa literatura merecem lugar nas origens intelectuais da revolução, os primeiros foram revolucionários à sua moda, articulando sistema de valores e ideologia que minavam os tradicionais valores monarquistas e católicos, os próprios “boêmios” literários acreditavam nos filósofos do alto, queriam ser um deles, na tentativa de materializar suas ambições, viam no Iluminismo as realidades do universo cultural, mas o verdadeiro espírito revolucionário pertencia aos famintos subliteratos, estes sim, nada tinham a ganhar ou perder para com a sociedade de privilégios, eram desprovidos de qualquer compromisso com sua ordem, enquanto mensagem e sentimentos. Foi neste ódio da baixa literatura e não nas refinadas abstrações da elite cultural que o extremismo revolucionário articulou seu verdadeiro timbre.

2.1 - As Facetas do Underground Tinham Algo em Comum.

Os próprios trabalhadores responsáveis pela produção literária do mundo clandestino, faziam parte do mesmo universo “descompromissado” a qual apresentava-se o underground. Não seguiam uma disciplina trabalhista tradicional que um empregador do tipo institucional poderia esperar; fugiam do emprego e bebiam com outros companheiros durante horas e horas em tavernas, comprometendo sua regularidade no ritmo, na organização, na produtividade e na remuneração de seu trabalho.

*“A maioria das turmas trabalhava a maior parte, abaixo de sua capacidade. Só raramente as quedas de produtividade podiam ser atribuídas a feriados ou a algum declínio no fornecimento de trabalho. Os homens reduziam o ritmo, ou o interrompiam completamente, para se divertir na débauche, velera tradição no ofício tipográfico. Ao menos é o que sugere a seguinte nota nos registros da Tipografia Plantiniana de Antuérpia, datada de 11 de Junho de 1464: ‘o dito Michel foi para o bordel e lá permaneceu domingo, segunda, terça e quarta-feira; depois na manhã de quinta, voltou para dormir num baú no quarto que normalmente habitava’.”*⁶⁰

Os tipógrafos oficiais da sublitteratura, preferiam trabalhar menos, a fim de dedicarem o tempo livre ao prazer e a sua cultura, rica em rituais, jargos e piadas. Reuniam-se para beber, comer e parodiar o modo de vida das classes superiores e apesar de não debaterem sobre filosofia, teologia, política, falavam de seu trabalho, produzindo piadas nem um pouco inocentes aos costumes aristocráticos, desafogando, assim, seus sentimentos em sintomática mistura de teatro de rua, carnaval e estudante caça às ruas.

*“Desenvolveram, também, um repertório particular de gestos e piadas. As mais elaboradas assumiam de copies, paródias burlescas destinadas a botar a casa abaixo com explosões de gargalhadas e música ride (bois e huées). Certa madrugada, Leveille decidiu que se fartara de tão clamorosa injustiça. Esgueirou-se pelo telhado até a qual se pôs a arremedar gemidos e miados tão enérgicos que acabou por acordar o bourgeois e a bourgesise. Com uma semana desse tratamento, o chefe concluiu que um bando de gatos vagabundos fizera pacto com o diabo para atazaná-lo. Isto, posto, incumbira solenemente os rapazes de caçá-los sem tréguas os aprendizes aceitaram de bom grado; ‘se os patrões adoram gatos, nós, em consequência, devemos odiá-los’.”*⁶¹

Na verdade é uma crítica de costumes ao gato nobre mais bem alimentado que os seres humanos operários. Os operários das tipografias clandestinas, não se identificavam com uma classe, mas somente com o próprio ofício, tinham uma linguagem e um costume próprio que diferenciava dos trabalhadores de outros ofícios regulamentados pelo poder institucional, à sua maneira criticavam o sistema e não seguiam as suas regras, revelando-se, portanto, como personagens autênticos do submundo.

⁶⁰ Ibidem, p. 159.

⁶¹ Ibidem, p. 163-164.

2.2 - A Popularização do Iluminismo.

As obras filosóficas consideradas ilegais pelo regime, não tinham acesso legal nos meios institucionais e corporativos necessários a sua produção, impressão e distribuição no mercado literário.

*“Só publicavam, pois, livros autorizados, i-é, os que não atentavam contra as instituições do Ancien Régime. É certo que alguns, membros da corporação se dedicavam, ocasionalmente, à publicação clandestina, mas a esmagadora maioria desejava suprimi-la. A clandestinidade, produzindo e vendendo livros mais baratos, roubava-os; sem dizer - e era uma preocupação secundária, mas não de todo ausente - que boa parte dos livros clandestinos não era pirataria, mas difusão de idéias e propaganda contra o santo regime. Ora, a corporação existia para proteger seus privilégios. Privilégios bem protegidos significavam lucros seguros, que pareciam bem atraentes que o arriscado negócio da publicação ilegal - e isto porque o perigo a que se expunha, enveredando pela ilegalidade, era duplo: punição pela infração e expulsão do circuito mágico do monopólio.”*⁶²

O trabalho de fabricação e consumo deste tipo de obra, irremediavelmente, portanto, procedia-se então, num circuito clandestino, obscuro, anônimo e marginal, nas “entrelinhas” de fronteiras alfandegárias precavendo-se da possível censura, seguida de confisco realizada pelas autoridades do governo, as chamadas obras proibidas.

*“Montava equipes de ‘carregadores’ comandadas por ‘capitães’, para executar o serviço. Depois de anoitecer e de uma bebida grátis na taverna de Les Verrieres, no lado suíço da fronteira, iam buscar os livros no depósito secreto e alçavam-nos às costas, em pacotes de mais de vinte quilos. Serpeavam na escuridão, por tortuosas trilhas montanhesas, até o **entrepôt** secreto de Pontaelier, na França, a troco de uns sous. Se capturados, podiam ser condenados às galés para o resto da vida.”*⁶³

Mas apesar das dificuldades, estas obras conseguiam ser imprimidas e consumidas de forma razoavelmente legal.

⁶² Ibidem, p. 188.

⁶³ Ibidem, p. 129.

“A passagem da atividade editorial para a produção de libelos se fez facilmente fora dos círculos fechados da corporação; os editores não inscritos na guilda só podiam existir fora da lei. E lei sob o Ancien Régime, significava privilégio. Os matizes de legalidade e ilegalidade cobriam um espectro largo o bastante para que muitos livreiros sem privilégios fizessem um negócio razoavelmente legítimo. Os níveis do Underground eram diversos. Seus agentes mais perto da superfície podem jamais ter posto as mãos em libelles; os do fundo, com certeza, nunca lidaram com outra coisa. Tinham os dedos experimentados em imundice.”⁶⁴

Mas, ao meu entendimento, embora, se possa imaginar que a hostilidade literária do regime ao mundo do underground literário pudesse prejudicar crucialmente a venda dos escritos filosóficos, foi esta “barreira” a responsável por divulgar o Iluminismo para além dos estreitos salões freqüentados pela elite.

Em outras palavras, foram os mecanismos encontrados para fugir do fisco, o responsável pelo alargamento da venda de livros às classes e leitores que não tinham acesso a elitizada cultura do Iluminismo, permitindo assim, fazer com que os livros proibidos chegassem às mãos de leitores que provavelmente estariam fora do alcance dirigido da alta cultura.

Segundo Darton⁶⁵, o underground circuito de circulação das obras ilegais, envolvia muitas pessoas, pois, vejamos: alguém guardava engradados de livros em lugares secretos, os escritores negociavam com os produtores nas editoras piratas ou com a própria STN (Sociedade Tipográfica Nacional), um merceeiro viajava por vales e montanhas para contrabandear os livros, um gerente de café armazenava os livros e um panfletista literário importava e vendia livros clandestinamente em Paris. Todas estas operações eram necessárias

⁶⁴ Ibidem, p. 205.

⁶⁵ DARTON, Robert. Op. cit.

para possibilitar que um livro proibido encontrasse ilegalmente algum consumidor deste tipo de obra; seja um manuscrito, um panfleto, um libelle ou qualquer outra confecção filosófica de crítica irreverente ao sistema, sem o leitor necessariamente comprar o que era produzido legalmente para satisfazer o regime.

Todo esse processo articulado fora da lei atingia um público leitor desconhecido pelo mercado literário institucional, mas que curiosamente existia na França, para além dos fechados clubes de leitura direcionados para a elite intelectual francesa. Ora pensemos o seguinte: Se a maioria dos escritores na França eram subliteratos e tinham que ganhar a vida de qualquer forma, podemos imaginar que eles foram induzidos, ou quase, a criarem uma literatura mais popular, a fim de encontrar um público consumidor maior para seus trabalhos.

Então, com este raciocínio quero concluir que: o Iluminismo de base teve um maior enraizamento social em relação a seu ápice, visto que, os subscritores eram a maioria escrevendo de forma mais acessível, tanto na linguagem como no preço, a maioria do povo. A necessidade dos ratés de ganhar dinheiro ligado as suas dificuldades de vender alta literatura contribuiu por gerar na França uma baixa literatura à procura de compradores, que não demorou muito a aparecer, por se identificar, compreender e interagir melhor com os radicais e grotescos escritos que alguém, assim como o povo sofrido e injustiçado, escreveu para este mesmo povo.

2.3 - Um Tiro No Escuro.

Não é de se estranhar as dificuldades no qual escritores e produtores de livros ilegais estavam sujeitos ao trabalharem sem respaldo financeiro, jurídico, político, econômico e moral da monarquia instituída.

O processo pelo qual as idéias não ortodoxa passavam das especulações dos filósofos para as mãos dos leitores era um tanto delicado. Conseguir fazer uma editora como a STN, por exemplo, a produzir uma obra “mal vista”, requeria de um escrito obscuro habilidades incalculáveis, pois, neste mundo sujo, autores intermediários e editores trapaceavam entre si, na tentativa de ambos ganharem com o negócio e driblarem a censura.

“Mauvelain fora trapaceado por Péchey, o despachante de Besançon, ou por Carteret, o carcereiro que trabalhava com Péchey; essa era a explicação da S.T.N. Havia maneiras de precaver contra despesas excessivas, e a S.T.N. sugeriu algumas a Mauvelain. Mas era comum a todos varejistas clandestinos e ilustra uma das maiores fraquezas comércio subterrâneo de livros; todo o sistema operava com base no pouco funcional princípio da honra entre os ladrões.”⁶⁶

Geralmente os editores almejavam contato com os grandes filósofos e não queriam reduzir-se aos serviços dos pobres e insignificantes escritores que os procuravam, visto que:

“Queriam que escritores famosos colaborassem no jornal e não ficaram exatamente seduzidos de deixá-los nas mãos de uma insignificância insigne como Le Sene - ou, pior ainda, de que o governo Francês, graça a proezas do fogoso editor, resolvesse abolir a publicação”⁶⁷

Porém, não era impossível para um bom mascateador contrabandista pelo seu entendimento e experiência no assunto, argumentar sobre possíveis ganhos financeiros dos

⁶⁶ Ibidem, p. 132.

⁶⁷ Ibidem, p. 80.

editores na impressão de obras que pudessem vender e convencer a tipografia a negociar.

*“Os suíços rejeitaram tais exigências. Mas, ainda esperançosos de conquistar D’Alembert, que seguia apoiando seu abbé, deixaram à porta aberta a novas negociações; Le Senne intrépido, tratou de cruzar a soleira. Contentar-se-ia com rendimentos menores, disse ele, desde que compensassem adequadamente pelos artigos que conseguisse junto aos mais eminentes escritores de Paris.”*⁶⁸

Quando o governo restringiu a produção de livros até mesmo às corporações e estes passaram a protestarem da sua nova condição, as possibilidades da literatura suja de aflorar-se só aumentou, pois, de início o governo liberava a produção de livros piratas, desde que, não atacassem a moral, a religião e o Estado;

*“O governo restringia o domínio, pelos livreiros, dos privilégios - o direito permanente e exclusivo de publicação de certos textos - e os livreiros haviam revidado com protestos, manifestações públicas e pressões para que as reformas fossem repetidas em Versalles e no Parlamento de Paris. A agitação colocara-os em conflito com Lenoir, que, aparentemente, pretendia tomar sua vindita, favorecendo livreiros fora da Guilda, como Cugne. , Assegurou-se de que seu protegido se comprometia a não comercializar obras proibidas (livros contra a religião, sediciosos ou pornográficos); Ato contínuo, permitiu-lhe despejar no mercado livros pirateados (contrafações de livros cujos privilégios eram detidos por terceiros autorizados).”*⁶⁹

É evidente que tal fato não resolveria o problema da censura, mas esta decisão projetou mais confiança às editoras.

*“Podiam, agora, introduzir em Paris qualquer livro pirata, anunciou, triunfante. A polícia deixara até que vendesse as obras de Voltaire e Rousseau, mas não toleraria coisas que atacassem ostensivamente a religião, o Estado ou a Moral. Era a ocasião perfeita para a S.T.N. fincar o pé no cobiçado mercado parisiense.”*⁷⁰

A STN, à exemplo sentiu-se mais a vontade de poder arriscar qualquer produção que aparecesse à sua frente, desde que, auferissem dinheiro, não importava pelo conteúdo da obra. Em muitos momentos a Tipografia Nacional foi responsável por negociar

⁶⁸ Ibidem, p. 80.

⁶⁹ Ibidem, p. 91.

⁷⁰ Ibidem, p. 91-92.

com contrabandistas literários, fabricando várias obras de ofensa radical ao regime.

Porém, era mesmo difícil a situação do subliterário, as editoras como a STN, não comprava nenhum manuscrito antes de avaliá-lo sob seu custo de impressão e o mercado junto à livreiros e agentes literatos e tampouco sob encomendas, a menos que recebesse garantia para cobrir custos ou vendas antecipadas. Neste sentido, era assim que se reduzia a precária existência de um escritor de segunda: não conseguiam que os grandes editores pagassem bons preços pelos seus serviços e não auferiam bons preços à outros editores.

Por outro lado, no geral, a polícia asfixiava a literatura inovadora e submetia a indústria editorial a um monopólio encapado pelos membros da corporação de livreiros. Porém, tal fato, era benevolente a muitos escritores, pois, as editoras desprivilegiadas na estrutura das Guildas corporativas acabavam por apoderarem-se de escritores que operavam a margem da lei; todo esse processo permitiu com que tanto a produção, como a distribuição e a venda de livros proibidos, efetivasse na prática.

“A polícia dos livros, os censores e todo o aparato da Direction de La Librairie tinham por finalidades suprir obras contra a religião, sediosos e imorais; e freqüentemente alcançavam seu espaço. Mas sua ação asfixiava a literatura inovadora e submetia a indústria editorial a um monopólio empalmado pelos membros da corporação de livreiros de Paris. A S.T.N. esbarrou na oposição da Guilda sempre que tentou vender seus livros em Paris e por isso se valeu de homens como Le Senne e Cugnet, que operavam à margem da lei.”⁷¹

Finalizando este tópico, pretendo ressaltar o seguinte: a própria vida marginal de um filósofo excluído, sem respeito e credibilidade, induzia-o a ser de fato um bandido de atos sujos, de personalidade angustiada, insegura e perturbada, visto que, a própria sociedade em si já os enxergavam preconceituosamente, antes mesmo de qualquer atitude destes, portanto, como se esperar o “bem” de um escritor que previamente já é

⁷¹ Ibidem, p. 115.

taxada como “mal”. Neste sentido, não seira difícil entender porque os sublimaremos, nesta conjuntura, não tinham “nada mais a perder”, estando decididamente descompromissados com a moral vigente e justamente por tudo isto, não seria conveniente duvidar que eles não mediam palavras para “detonarem” o sistema que os corrompera, pois, motivos tinham de sobra.

2.4 - O Comércio Ilegal de Livros.

O leitor a esta altura poderia estar pensando: como funcionava o comércio ilegal de livros?

A STN era uma editora que produzia obras de editores obscuros a um bom preço por canais clandestinos, suprimindo os franceses de livros “ilegais”. O processo era o seguinte:

“Um livreiro como Bouvet, transmitia pessoalmente as encomendas, providenciaria o pagamento e até receberia os carregamentos, usando pseudônimos a fim de não atrair suspeitos da polícia.”⁷²

É evidente que na prática não era simples e nem sempre dava certo.

Muitos engradados de livros saiam de Neuchâtel para feira em Troyes, muitos livros eram vendidos.

“Uma delas era obra polêmica sobre finanças francesas, destinada a explorar a controvérsia provocada pela atuação ministerial de Necter: ‘Será picante e venderá bem’. Em seguida uma novela e uma farsa [anticlerical] escrita em nome de um frade capuchinho. Depois um manuscrito contra a religião desovado por um de seus contatos na boêmia literária: solopa tudo o que a bíblia, no livro de Gênesis, ensinar a respeito da criação. Por fim, uma antologia de poemas eróticos preparada por outro amigo sublitterato...sim, venderá bem creiam. Livros desse tipo são infalíveis.”⁷³

⁷² Ibidem, p. 125.

⁷³ Ibidem, p. 128.

No século XVIII, os contrabandistas de livros consideravam-se autênticos empresários (se referindo a negociante de seguro), assinavam contratos com editoras comprometendo-se a passar com os engradados pela alfândega, se fosse pego reembolsaria os compradores por preço de atacado.

“A 16 de agosto de 1783, um desses negociantes de seguros, um homem de Pontalier chamado Faivre assinou um contrato com a S.T.N. comprometia-se a passar os engradados da editora pela fronteira ao preço de 15 livres por quinta;, a ser pago pelos fregueses da S.T.N. por ocasião do recebimento da mercadoria. Se os engradados interceptados pelos agentes da alfândega francesa, Faivre obrigava-se a reembolsar os compradores pelo preço de atacado dos livros.”⁷⁴

Quando as rotas clandestinas estavam na “mira” da polícia, os livreiros ordenavam a esconder os livros na montanha ou estocá-los no armazém, isto, quando os próprios carregadores não subornavam agentes de alfândegas.

“Faivre escreveu, pesaroso, que os homens, desde então, se recusavam a correr o menor risco, e com razão: ‘os funcionários da alfândega estão alertas dia e noite’. ‘E há espiões e patifes em Les Verrières que vendem [isto é, que denunciavam seus homens à polícia francesa]’. Ordenara a Michaud, gerente de seu armazém em Les Verrières, que escondesse sete engradados, destinados a Mauvelain, no topo da montanha mais próxima e, a partir de então, lentamente reconstruiu sua rota; era mera questão de tempo. Depois que a poeira assentou, subornou alguns funcionários da alfândega (deu-lhes também livros pornográficos), aumentou o salário dos carregadores e encontrou novas trilhas para as expedições noturnas de suas tropas.”⁷⁵

Contrabandear livros exigia muita audácia e perspicácia do segurador para dosar a margem de lucros e riscos, o custo do contrabando ficava um pouco caro devido ao seguro e as ambições financeiras dos intermediários. Os livreiros estipulavam, as vezes,

⁷⁴ Ibidem, p. 129.

⁷⁵ Ibidem, p. 131.

preços absurdos para as editoras na ambição do lucro e apesar dos intermediários fazerem a mesma coisa, não tinham a mesma competência que os primeiros.

“Salta aos olhos, antes de mais nada, que o contrabando não era aventura romântica, mas negócio complicado. Exigia considerável astúcia para coordenar uma organização complexa e evitar encrencas. Requeria, adicionalmente, do segurador particular perspicácia para dosar margem de lucro e riscos...os números de Mauvelain estavam levemente manipulados. Seu objetivo era extrair um desconto da S.T.N. E discutir custos era um bom meio de evitar discussões mais ousadas, por exemplo sobre o pagamento - típico engano de livreiros clandestinos. A aventura dos sete engradados, contudo, demonstra que o sistema de distribuição de livros clandestinos podia ser tão dispendioso quanto a fabricação dos próprios livros. Entre deixar o produtor e alcançar o comprador, os livros dobravam de preço.”⁷⁶ Por que?

O mais interessante desse processo é saber da procura por livros proibidos existentes principalmente em Troyes. Estudando o comércio de livros pelas cartas do livreiro Mauvelain, certificamos de um elemento ausente da pesquisa tradicional: a demanda por literatura proibida.

*“A cada encomenda de Mauvelain, um escriturário da S.T.N. anotaria o título da obra pedida e a quantidade de exemplares, num registro chamado de **livre de comissious**. Fazendo o levantamento sistemático de suas encomendas através desse registro, toma-se conhecimento da procura por livros proibidos em Troyes, semana a semana, num período de dois anos.”⁷⁷*

Apesar de pelas cartas não ficar muito explícito, quem de fato lia os livros, temos a constatação, pelo menos, de um fragmento desse mercado consumidor.

“Há esparsas referências a oficiais do exército estacionados em troyes, cuja preferência se inclinavam fortemente para obras obscenas e contrárias a religião.”⁷⁸

Uma análise quantitativa das encomendas do livreiro Mauvelain demonstra que a procura existiu, os gráficos seguintes mostram o padrão principal das encomendas separadas por assunto.

⁷⁶ Ibidem, p. 132.

⁷⁷ Ibidem, p. 135.

⁷⁸ Ibidem, p. 135-136.

“À medida que as encomendas se acumulavam, semana após semana, nos registros da STN, vai se tornando claro que a demanda por certos livros permanecia elevada. Os fregueses continuavam a aparecer, pedindo mais exemplares dessas obras; e Mauvelain transmitia pedidos a Neuchâtel de acordo com o volume de suas vendas, que eram geralmente antecipados. O gráfico inferior mede esse volume, representando a quantidade de encomendas feitas para cada categoria de livros. O gráfico superior mostra o volume das encomendas de Mauvelain, indicando a quantidade de exemplares de cada categoria solicitadas. O padrão é semelhante nos dois gráficos, mas necessariamente abstrato. A fim de explicitar a importância de cada livro no padrão geral, listei todos os títulos sob as categorias apropriadas, fornecendo a quantidade total de exemplares encomendados e a quantidade de encomendas.”⁷⁹

No underground, a produção literária não obedecia nenhum critério da legalidade que pudesse dificultar ou controlar a produção, os livros eram fabricados segundo o capitalismo desenfreado. Os livros mais vendidos (divididos por categorias) segundo os registros da S.T.N. estão a seguir:

⁷⁹ Ibidem, p. 137.

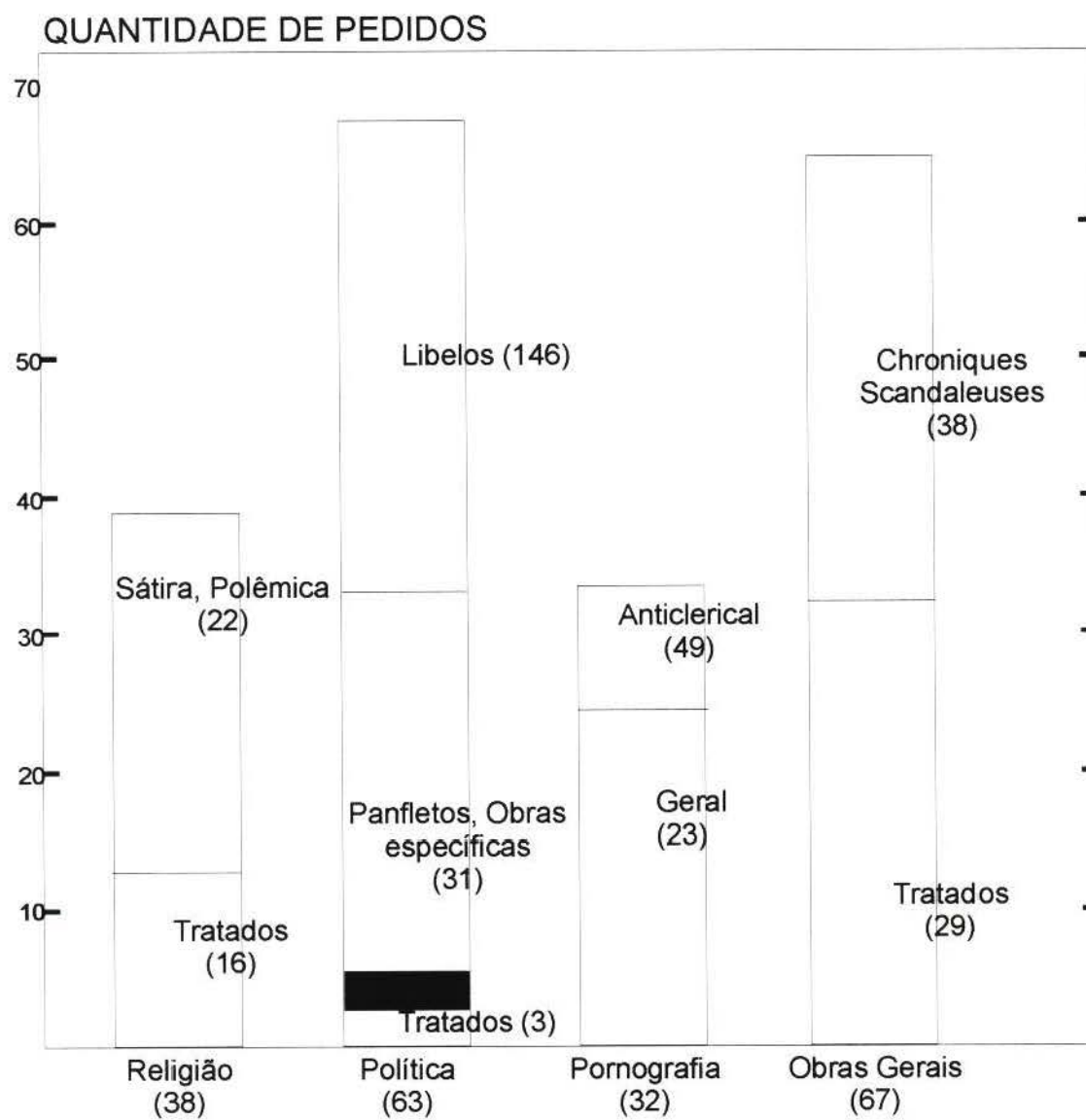
I - RELIGIÃO

A . Sátira e Polêmica

L'intolerance ecclésiastique

A procura por livros proibidos





La papesse Jeanne (Joana, a papisa)	44/6
Le gazetier monastique	18/3
La mule du pape (A mula do papa)	18/3
Histoire des voyages des papes	18/3
Requête pour la suppression des moines (Pertição para a supressão dos monges)	18/3
Total	126/22

B. Tratados

Le christianisme dévoilé	3/3
Histoire critique de Jésus Christ	19/6
Le ciel ouvert à tous les hommes (O céu ao alcance de todos os homens)	11/3
Théologie portative (Teologia de bolso)	27/4
Total	60/16
Total	186/38

II. Política

A. Libelos

Les fastes de Louis XV	84/11
L'espion dévalisé (A mala roubada do espião)	37/10
Vie privée de Louis XV (Vida íntima de Luís XV)	7/5
Vie privée... de Mgr. le duc de Chartres	18/3
Total	146/29

B. Panfletos e obras específicas⁸⁰

Mémoires sur la Bastille, de Linguet	30/7
Des lettres de cahet, de Mirabeau	21/5
Lettres sur la liberté politique	18/3
Dialogue des morts	31/4
Remarques historiques sur la Bastille	18/3
Anecdotes du marquis de Pombal	18/3
Mémoire sur les maisons de force (Memórias dos presídios)	18/3
H'horoscope de la Pologne	14/3
Total	168/31

C. Tratados

⁸⁰Obras “instantâneas”, isto é, versando assuntos do momento. (N. E.)

Systeme social	5/3
Total	319/63

III. Pornografia

A. Anticlerical

Aventures de la marquise de ... et S. François	13/3
Le chien après les moines (Um cão atrás dos monges)	18/3
Les moines après les chiens (Os mongues atrás dos cães)	18/3
Total	49/9

B. Geral

Muses du foyer de l'Opéra (Musas do salão de espera do [teatro da] Ópera)	46/5
Erotika Biblion	18/3
Le vicomte de Barjac	24/4
Le portefeuille de madame Gourdan (A bolsinha de madame Gourdan)	31/4
L'art de rendre les femmes fidèles (a arte de tornar as mulheres fiéis)	24/4

Le désœuvré (O mandrião)	14/3
Total	157/23
Total	206/32

IV. Obras gerais

A. Chroniques scandaleuses

Suite de L'espion anglois (Continuação de O espião inglês)	16/5
Vie privée des françois (Vida íntima dos franceses)	9/3
Mémoires secrets, de Bachaumont	16/9
La chronique scandaleuse	45/5
Correspondance politique, civile et littéraire	18/3
Essais historiques, critiques, littéraires	20/4
Le journal des gens du monde	14/3
L'observateur anglois	22/3
Anecdotes du dix-huitième siècle	18/3
Total	178/38

B. Tratados

Histoire philosophique, de Raynal	18/9
-----------------------------------	------

L'an 2440	25/5
Tableau de Paris (Retrato de Paris)	27/5
Lettres iroquoises (Cartas iroquesas)	18/3
Oeuvres de La Mettrie	16/4
Oeuvres d'Helvétius	3/3
	Total 107/29
Total	275/67

Qual é o papel do Iluminismo nesses livros? Como demonstra a minguada subcategoria “tratados”, os clientes de Mauvelain não queriam obras abstratas nem teóricas. Não encomendaram, em dois anos, uma única obra dos quatro grandes *philosophes*: Montesquieu, Voltaire, Diderot e Rousseau. Ao contrário, deram preferência a popularizadores e vulgarizadores do Iluminismo: Raynal, Mercier, Mirabeau fils. Alguns *philosophes* menores aparecem nas encomendas

O comércio de livros ilegais favorecia a versão mais extrema do pensamento Iluminista e apesar de ocupar uma posição secundária na república das letras era significativa importante nas vendas. Como vimos os livros contra a religião não são muitos, o público leitor procurava obras de caráter mais político e genérico, das obras gerais um terço era sobre tratados que expressavam o pensamento Iluminista, o resto era relatos jornalísticos de casos amorosos.

“mas, a maioria consistia de narrativas curtas escritas em tom confidencial de mexerico, como se o autor tivesse descoberto um segredo particular e comunicasse em primeira mão.”⁸¹

Em suma, a maioria dos escritos vendidos

“não tinham uma natureza puramente política, veiculava sim anedotas sobre o péssimo comportamento dos grandes cortesãos, mostrando um retrato deveras desfavorável à aristocracia.”⁸²

Mas, no entanto, a categoria mais importante de todas nas vendas era de caráter político “escandaloso”, traduzidos nos chamados libelles. Estes escritos retratavam aquilo que parecia invisível aos olhos do público: revelavam os segredos mais ocultos do Estado, conseguia levar o leitor para dentro da bastilha; na verdade, contavam tudo que acontecia no fechado círculo político do regime.

⁸¹ Ibidem, p. 143.

⁸² Ibidem, p. 143.

*“Contavam tudo: como os prisioneiros eram revistados, atirados em fétidos cubículos, privados de contato com o mundo exterior; era-lhes negado não só o direito ao julgamento, mas também o de saber de que os acusavam.”*⁸³

Um protótipo do gênero é o campeão supremo de vendas entre os livros:

“Les fastes de Louis XV”.

*“Embora se apresentasse como história objetiva do reinado de Luís XV, obsequiava o leitor com escabroso relato da vida sexual do rei. De acordo com o livro, os feis agentes do rei percorriam os cantos mais remotos do reino à cata de mocinhas para o ‘homem’ real. O exigente paladar de S. Majestade requeria ao menos duas por semana. Quando não mais conseguiam despertar seu real e cansado apetite, despachavam-nas com uma pensão de serviços prestados à coroa.”*⁸⁴

É importante saber, no entanto, que estas brochuras políticas, apesar de serem um propaganda radical que atacava os privilégios individuais e a vida privada, retratando a monarquia degenerada em despotismo, não aclamavam pela revolução, não antecipavam 1789, não discutia temas políticos mais profundos e talvez por este motivo, os libelles tinham ótima aceitação entre os leitores comuns, visto que, estes mostravam-se pouco interessados em questões mais sérias e diplomáticas do mundo político, preferindo algo mais descontraindo, menos complicado de se entender, como os das “piadas” e fofocas contidas nas brochuras.

*“Os parisienses estavam mais propensos a acreditar nos boatos maliciosos e libelles que circulavam clandestinamente que nos fatos impressos e publicados por ordem ou com permissão do governo.”*⁸⁵

Portanto, as “piadinhas de mal gosto” ou escândalos amorosos enfatizadas nos libelles, atingia um público leitor bem maior do que aquele alcançado pela literatura erudita e desencabeçava a venda de livros proibidos.

“Os fregueses de Mauvelain preferiam livros que oferecessem vislumbres das prostitutas em ação. Numa passagem típica de Le portefeuille de Madame Gourdan, o bispo de M...emite um protesto junto a Madame, que mantém um

⁸³ Ibidem, p. 145.

⁸⁴ Ibidem, p. 146.

⁸⁵ Ibidem, p. 201.

*bordel de alto luxo: 'Devia trancafiar-te no Hôpital (prisão para prostitutas). Recebi em teu estabelecimento um vigoroso coep de pild de vênus (doença venérea), que me constrangeu a abandonar a capital para restaurar a saúde em minha diocese. É bem verdade o que se diz: não há mais honradez neste mundo e já não se sabe em quem confiar'.*⁸⁶

Desta forma, podemos afirmar então, que obras como estas, tiveram uma base social (aceitação) excepcional no seio da sociedade francesa, se comparado à das refinadas abstrações filosóficas do Iluminismo, entendida apenas por alguns. É evidente que a crítica moral preconizadas nos libelles, não poderia destruir a monarquia em si, mas com certeza, contribuiria para esvaziar os seus símbolos e mitos diante do público. Os libelles circulavam entre os diversos estratos da sociedade no mercado pelos labregos, depois chegavam aos artesãos, corriam as câmaras reais em Versalles e em tom de hipocrisia passava de orelha a orelha.

Os parisienses estavam mais propensos em acreditar nos boatos maliciosos da sarjeta que nos fatos impressos e publicados por ordem ou permissão do governo.

De fato a propaganda desse tipo era mais perigosa que o *CONTRAT SOCIAL* - rompia o senso de decência que unia o público a seus governantes. Seu dissimulado caráter moralizante opunha a ética do povo à de Les granals: nesse sentido, apesar de suas obscenidades, os libelles eram intensamente moralistas.⁸⁷

Os níveis do underground eram tão diversos que o próprio regime encaixava de forma confusa e mal discernida as obras de Rousseau junto com Charlot na condição de renegados, ou seja, um regime que classificava a mais adiantada filosofia em pé de igualdade com a mais reles pornografia, inoculando a si mesmo a sua fraqueza.

Se bem que Jean-Jacques Rousseau é um acaso especial entre os filósofos do alto iluminismo. Primeiramente, porque este grande filósofo tem uma origem diferente da

⁸⁶ Ibidem, p. 142.

⁸⁷ Ibidem, p. 203.

dos outros considerados grandes iluministas responsáveis pela Revolução Francesa, visto que emergia das mesmas fileiras dos subliteratos, apesar de conseguir penetrar no *Le Monde*⁸⁸ (inclusive, Rousseau com suas condenações a cultura elitista responsabilizando-a pela corrupção social era a inspiração de muitos “pobres diabos” da literatura que viam neste filósofo a referência fundamental para seus pensamentos).

Segundo, apesar da memória revolucionária em seu discurso igualar Rousseau ao Voltaire, identificando os dois como a imagem da revolução e do Iluminismo e demonstrando uma unidade entre seus pensamentos⁸⁹, segundo Jacques Solé⁹⁰, Rousseau longe de abalar a ordem existente, que não gostava nem da ciência, nem da modernidade, não podia propor uma nova.

Neste sentido, a ambigüidade de Rousseau gera anacronismos enormes que devem ser melhor esclarecidos, pois, vejamos: se Rousseau for considerado como um Voltaire, um alto iluminista revolucionário entrará em contradição com Maunier por exemplo, pois, este não concorda que os filósofos tinha objetivo de subverterem a ordem social, portanto Rousseau para ele jamais teria sido um revolucionário, mas um reformista como os outros que propunham mudanças vindas de “cima” (do poder político) ou no máximo alguém como outros grandes filósofos que tivesse proposto reformas que foram apropriadas e radicalizadas pelos atores, que independente dos iluministas pregarem a reforma ou a revolução, fizeram a revolução (Radicalizaram o processo).

Se, por outro lado, Rousseau for concebido diferente de Voltaire, entendendo o primeiro como mais radical, mais popular, Voltaire não teria sido um revolucionário e sim Rousseau ou o próprio Rousseau seria um anti-revolucionário, se

⁸⁸ Ver DARTON, Robert. *Boêmia Literária e Revolução, O Submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 45.

⁸⁹ Ver: BACZKO, Bronislaw. “Iluminismo” In: FURET, F. & OZOF, M.(org.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 755-763.

⁹⁰ SOLÉ, Jacques. Op. cit. 28.

considerarmos Voltaire revolucionário, já que suas idéias serviram à aristocracia para lutar contra a revolução.

Para Solé, estas posições tem em comum o esquecimento do que foi, em sua complexidade e nos limites de sua complexidade e nos limites de sua experiência histórica, o verdadeiro Jean-Jacques.

Tanto o pensamento de Voltaire como de Rousseau serviram aos propósitos da revolução em seus caminhos diferenciados, lembrando que Rousseau morrera ao lado de sua analfabeta esposa operária nas humildes fronteiras da boêmia literária, respeitado pelos subliteratos e estigmatizado por Voltaire como um “pobre diabo”, por quê?

Em suma, pretendo esclarecer que o Iluminismo fora um elemento revolucionário a partir do underground literário, encontrado e criado fora da monarquia instituída, pois, se fosse ao contrário o reino das necessidades “*falaria mais alto*”. De fato, o Iluminismo não se reduziu às grandes figuras que o simbolizava.

“A Revolução foi herdeira da obra de Rousseau/Voltaire, mas também foi do ‘Baixo Iluminismo’, massa de panfletos, libelos escandalosos sobre amantes de Luis XV, ou orgias do clero, escritos com mau gosto que no último quarto do século inundam o mercado clandestino e solapava os próprios fundamentos do regime”⁹¹.

Em outras palavras, o próprio regime fez surgir a sua destruição ao empurrar (excluir) a filosofia para baixo, provocando o aparecimento de um verdadeiro ódio ao regime, capaz de repudiá-lo como um todo. Ora, repudiá-lo como um todo é algo radical e tem tudo a ver com o meu entendimento de REVOLUÇÃO, uma transformação total, preconizada sim pela boêmia literária e não pelas medidas “*liberalizantes*”, reformadoras e

⁹¹ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 762.

parciais do alto Iluminismo.

CAPÍTULO III

Rétif de la Bretonne: Uma opção didática

O contraditório escritor erótico Rétif de La Bretonne pode ser apontado como um dos personagens da sublitteratura que melhor exprimiu a multiplicidade e as contradições da Revolução Francesa, desmascarando as mentiras e as injustiças acontecidas no processo e por tudo isso, este "espectador noturno", será a partir de agora a referência básica para compreendermos melhor a relação do Iluminismo com a revolução nas suas múltiplas facetas.

Rétif não se engajou politicamente, não participou ativamente do processo revolucionário, era uma figura periférica, que como uma coruja via tudo ao seu redor, durante a noite, ou dia, no campo ou na cidade, no político ou no social, portanto, não seria impressionante se seus textos (revolucionários) contemplassem tudo o que aconteceu ou viria a acontecer (e talvez por sua influência) na revolução de 1789.

O intelectual Sérgio Paulo Rouanet ⁹² fez em seu livro um resumo dos principais textos revolucionários de Rétif e será a partir destes que demonstrarei a importância desse escritor “apolítico” para entender tanto o Iluminismo e a revolução como também explicá-la nas suas ambigüidades.

Visando influenciar os rumos da revolução Rétif escreveu brochuras, panfletos de circunstância e o THESMOGRAFE (como narrador) além de peças de teatro, trechos de romance, as últimas partes de *Les nuits de Paris* entre outros.

Agora, atenção! Percebemos a partir desse momento a importância de Rétif:

⁹² ROUANET, Sérgio Paulo. *O Espectador Noturno: a Revolução Francesa através de Rétif de La Bretonne*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Inicialmente nos seus panfletos, como o *Le plus fort des pamphlets*, a “coruja” simplesmente antecipa as revoluções burguesas, escrevendo, antes do povo, muitas de suas reivindicações no qual posteriormente muitas delas seriam atendidas pela revolução como: suas recomendações ao VOTO INDIVIDUAL e não por ordem, ao divórcio, a extinção do celibato e das ordens religiosas. Ora, pessoalmente, desconheço alguma obra filosófica de Voltaire D'Alembert ou Diderot explicitando tão diretamente a vontade do povo traduzida em feitos revolucionários. De início já podemos levantar a primeira indagação: as classes revolucionárias principalmente inspiraram-se teoricamente nas leituras de quem, ao consolidar muitas das propostas já contidas anteriormente nos panfletos? Creio, por esta rápida passagem, nos escritores do baixo Iluminismo.

Nos seus panfletos que Rétif escreve em 1790 contra o Abade Maury (defensor dos direitos da nobreza e privilégios do clero) contando da vida amorosa e da morte deste com alusões obscenas, fica claro, portanto, o desejo do espectador de influenciar politicamente o processo revolucionário a fim de destruir o antigo regime.

No *Tesmógrafo*, escrito um ano antes da revolução explodir, já continha proposta de reformas, dirigidas para os Estados Gerais, mostrando a preocupação do autor com as mudanças. Aparece neste texto uma retórica quase socialista insinuando a luta de classes, visto que, Rétif, não atribuiu o preconceito a apenas a ação mistificadora do clero e dos tiranos, mas também a situação de pobreza material em que vive o povo, por culpa dos ricos e poderosos.

“Quando o povo está oprimido, todas as suas faculdades se denigram (...) As almas se estiolam, enfim o povo não pensa.” Numa época que se consentia na reivindicação política, e vê como inimigo principal o sistema de privilégios, e não o sistema social, a retórica de Rétif é quase socialista, e em alguns momentos constitui uma verdadeira conclamação à luta de classes: uma revolta geral dos oprimidos contra um poder que oprime socialmente, e não só politicamente. A verdadeira solução é social, e Rétif não deixa segredo, sobre a natureza dessa solução: a abolição da propriedade privada”⁹³.

⁹³ Ibidem, p. 18-19.

Neste instante, sou obrigado a voltar ao capítulo I.

Nos livros didáticos mais atualizados como o de Aquino e principalmente os da editora Lê, fora mencionado nestes, a existência de uma revolução popular iniciando a revolução burguesa ou uma ideologia popular própria e mais radical dirigida pelos LEVELLERS, DIGGERS e SANS CULLOTES presente na chamada grande revolução e na ideologia dominante, a qual entre outras reivindicações exigiam a democracia direta e inclusive a abolição da propriedade privada.

Ora, se entendermos que de fato aconteceu o episódio acima mencionado, certificamos a relação direta entre as propostas e pensamentos de Rétif com os propósitos mais radicais do povo. Há de se pensar se é mera coincidência! Mas independentemente, o que pretendo colocar é o seguinte: como explicar fato de o Alto Iluminismo não propor mudanças profundas, mas estes aparecem no imaginário das classes revolucionárias? Isto nos remete a concluir que existe uma certa distância entre filosofia Iluminista tradicionalmente conhecida como pensamento do povo revolucionário e uma aproximação dos mesmos com a baixa literatura. Por que?

No *Thesmographe*, Rétif ainda expõe outras propostas que sem dúvida seriam de bom grado ao onerado terceiro estado como: A reforma agrária, aposentadoria, assistência médica, transformação dos operários em acionistas, planejamento urbano, instrução gratuita e obrigatória etc.

Na sua obra teatral, *O Drama da Vida*, Rétif demonstra outras de suas características enquanto um personagem da revolução ao retratar o cotidiano, as pessoas comuns, o anti-herói.

“É uma surpreendente reconstituição da Paris revolucionária, não sob a forma da crônica como nas Nuits de Paris, mas sob a forma de cenas rápidas, com diálogos curtos, fixando o dia a dia da cidade, na camada social, em que Rétif se

sentia mais em casa, o povo. Não aparecem grandes personagens, mas homens e mulheres comuns, captados ao vivo, mais assustados que heróicos. O personagem central é Ameaugustin, alter ego de Rétif.”⁹⁴

Nas obras póstumas de 1802, a clarividência revolucionária do escritor volta a aparecer: Na história de seu livro, um vidente descreve que o terceiro Estado converteu em ASSEMBLÉIA NACIONAL, sublevando a plebe, o personagem central vê: o alto clero defender seus direitos - a morte de vítimas da injustiça popular - revoltas camponesas com seu cortejo incêndio e pilhagens - a Assembléia abolindo as ordens, acabando com os títulos de nobreza e criando uma nova constituição. Nesta mesma, traça o perfil dos deputados, a exemplo, Malouet que:

“gosta do mau como uma prostituta gosta do seu proxeneta, que a espancamos que ela acaba por blabla”.⁹⁵

Ainda nas Postumas, Robespierre e seus amigos são postos em acusação e guilhotinados e os cidadãos honestos projetados à miséria, a exceção do agiota e do banqueiro.

Nos Noites de Paris (1788, 1789), Rétif é o espectador noturno - é ficcionista - cronista e biógrafo (vê tudo, sabe tudo), neste, nosso autor até então mais um cronista torna-se historiador da revolução e as noites de Paris passam a ser noites revolucionárias. Através de uma crônica da revolução Rétif desfila o processo revolucionário diante de nossos olhos desde a agitação no *Palais Royal* até o início do terror.

Entrelaçando os três planos narrativos na sua premonição revolucionária

⁹⁴ Ibidem, p.20.

⁹⁵ Ibidem, p.22.

escreve sobre: - a pilhagem da fábrica Reveillon ⁹⁶ - a destituição de Necker - a tomada da Bastilha - os banquetes em Versalhes (criticando a aristocracia) - A monarquia constitucional (o rei permite a nação fazer leis para que ele a execute) - As ameaças contra-revolucionárias (culpando os aristocratas como inimigos da regeneração) - A festa da Federação (Rétif questiona a fidelidade do rei à sua nação) - A fuga do rei, impedida pelo povo - os massacres no campo de Marat - A separação da Assembléia constituinte, onde Rétif culpa a ausência de uma verdadeira classe política, de uma nobreza lúcida, de uma burguesia interessada no bem público - A substituição da constituinte pela Legislação, a destituição do rei pelo assalto popular às tulherias.

“Rétif diz ter estado presente no estado geral desse episódio decisivo, participando da deputação armada que no dia 20 de junho entrou no palácio à força, para obrigar o rei a retirar seu veto aos decretos da Assembléia contra os emigrados e os pobres refratários. Rétif elogia a bonomia do rei em ter concordado em vestir o barrete vermelho e beber a saúde da nação, mas lamenta que Luís tivesse mantido seus votos. Desaprova a forma de deputação, ilegal e pouco razoável, mas acrescenta que, sob uma forma conveniente ela teria sido 'o exercício da relação legítima entre o povo e o monarca.’” ⁹⁷

Ainda nas Noites, descreve no momento em que a família real já estava refugiada na Assembléia a autorização do rei, acatando aos pedidos dos conselheiros aristocratas, o massacre ao povo. Depois o rei é suspenso, a assembléia se dissolve por ter sido eleita no âmbito de uma constituição monárquica. O povo simboliza seu fim derrubando nas praças as estátuas dos reis. Para Rétif o dia 10 de agosto acaba e renova a revolução, o espectador vai a prisão de Abbaye e testemunha o massacre dos prisioneiros, padres e nobres são mortos em todas as prisões; Rétif afirma que são culpados por

⁹⁶ Ibidem, p.26. *“Foi umas das primeiras insurreições populares do período revolucionário, motivada pelo blabla da vida e pela notícia de que Reveillon pretendia reduzir os salários. Como bom revolucionário, Rétif proclama seu ódio a aristocracia, atribuindo-lhe a iniciativa da agitação popular para desacreditar a revolução nascente e como bom burguês condena os tumultos, violações inaceitáveis do direito de propriedade”.*

⁹⁷ Ibidem, p.32

introduzir a divisão no país e por isso merecem a morte. Percebemos que neste instante nosso escritor é favorável a revolução.

1793. É descrito como o ano da proclamação da república e o julgamento e a condenação de Luís XVI, cujo ato é aprovado por Rétif.

*“No dia 21 de janeiro, o rei é executado. A nação tinha o direito de fazê-lo? Sim, 'a nação pode tudo em seu território; ela tem o poder que teria o gênero humano, se uma única nação, através de um único governo regesse o globo... É esse poder indiscutível que tem a nação de perder mesmo um inocente que fez os gregos exilarem Aristides e condenarem Fócion a morte. Mas Luís não era inocente: era tirano, porque violou as leis da nação.”*⁹⁸

Nos meses seguintes de tumulto e agitações populares provocadas pela carestia, Rétif defende a idéia burguesa de manter a propriedade privada condenando a classe operária de preguiçosa e exigente, mas ao mesmo tempo em que apresenta um discurso liberal, de repente, passa a ser abertamente comunista⁹⁹:

*“Só a propriedade coletiva poderá por fim a todos os descontentamentos”.*¹⁰⁰

Por último, nas mesmas *Noites*, continuando a descrição e o julgamento dos fatos, Rétif conta que Marat é acusado pelos Girondinos que posteriormente sofrem uma insurreição SANS-CULOTTES. Rétif aprova o golpe de força contra a convenção, como também o julgamento dos girondinos presos e de Maria Antonieta à guilhotina, concluindo que Marat, Robespierre, etc salvaram a pátria, as execuções dos padres *refratários* e dos leigos contra-revolucionários foram necessárias, que a comuna mereceu a gratidão de toda república -

*“Morram todos os tiranos, reis, rainhas, eleitores, landgraves, margraves, czares, sultões, lamas, papas, etc, amém, amém”.*¹⁰¹

⁹⁸ Ibidem, p.35.

⁹⁹ Rétif talvez foi o primeiro a usar o termo comunista no sentido moderno, declarando que o comunismo é o melhor dos governos.

¹⁰⁰ ROUANET, Sérgio Paulo, Op. cit., p.35.

¹⁰¹ Ibidem, p.37.

Em suma, imaginemos a contribuição imprescindível desse "baixo" literato para entendermos a relação da sublitteratura (radical) com o processo revolucionário. Rétif escreve (e é claro seus leitores consumiam) os acontecimentos da revolução antes mesmo de acontecer, é uma empatia total e íntima (um comprometimento) com o desejo revolucionário, quando não descreve os fatos na seqüência em que estão surgindo, demonstrando sua ligação direta com o antes e o durante da revolução. Muito mais que qualquer filósofo do alto ele é a própria revolução tanto na inspiração literária, filosofia, política, teórica para muitos segmentos sociais revolucionários como também para explicar os fatos sob diversos ângulos (ponto de vista) diferenciados, conseguindo abranger a totalidade da revolução e não a versão (unívoca) dos atores burgueses do fenômeno francês.

Em outras palavras, Rétif é a revolução em todos os sentidos, daí a presença das contradições: ora defende a propriedade privada ou culpa o povo como um burguês, ora preconiza o fim da propriedade, desfazendo o proletariado, ora defende o rei e em outros critica a aristocracia, isto porque Rétif é múltiplo, vai de encontro a todos os segmentos revolucionários.

Um pouco diferente do que está mencionado em muitos manuais didáticos que o terceiro Estado liderado pela burguesia fez a revolução (a tomada do poder político) o qual a historiografia tradicional tomou-a sob o ponto de vista único da ideologia burguesa, nosso literato referencial a concebe não somente pelo prisma burguês, o que seria reproduzir uma história parcial, mas explica, compreende e julga os acontecimentos na visão de todos os segmentos que participaram e contribuíram para o antes e o durante a eclosão de 1789. São eles: BURGUESIA, ARISTOCRACIA, POVO E CAMPONÊS (para Rétif o 4º Estado).

Ora, porque isto acontece? É que interessante que aconteça! Por que simplesmente Rétif é múltiplo, tem um pouco das características de cada segmento social, é burguês, nobre, povo e camponês, portanto, isto explica a presença das contradições, tanto do escritor como da revolução que também carrega estas mesmas ambigüidades; neste caso autor e revolução se cruzam e isto é perfeito para a compreensão do fenômeno revolucionário como um todo.

As contradições políticas com sociais de Rétif tem duas explicações: primeiro, seu oportunismo e segundo, sua capacidade de aprender com a experiência (evolui a medida que a revolução evolui). No começo todos eram monarquistas, depois da prisão do rei com provas, deixaram de ser. Mas nem tudo é contradição, o socialismo por exemplo não o é, Rétif via-o como um objeto último, depois de abolir o absolutismo e completar a revolução social e não uma possibilidade imediata.

*“As tentativas populares de atacar a propriedade eram prematuras e portanto ‘objetivamente’ reacionárias. É preciso aplicar a coação contra o povo e, nesse caso nada de igualdade. Pois jamais o povo compreenderá que no sistema atual, em que todas as propriedades são isoladas, são necessários os ricos, que são armazenadores políticos. Enquanto a revolução política não for completada por uma revolução social que abolirá a propriedade privada, temos que nos contentar com um pis aller.”*¹⁰²

Como homem de "todas as classes", Rétif é qualificado para exprimir as inúmeras facetas desse processo que se chama Revolução Francesa.

Mas voltando a questão anterior há de se perguntar, porque Rétif é burguês e todos outros citados? Inicialmente, porque burguês: por ser empresário (dono de uma tipografia), *cidadino* amante de Paris, maníaco do trabalho e um fanático da produção. Seus instrumentos intelectuais vinham da burguesia revolucionária (Voltaire, Montesquieu, Rousseau) sua ambição e do saber universal. Mas é burguês também pela ambição

¹⁰² Ibidem, p.41.

reformista, desde a reforma da prostituição, da ortografia até a reforma das mulheres pregada no *gynographe*.

Ora, assim como Rétif, a revolução também é burguesa (iniciou-se com a burguesia) pelo liberalismo, pelo projeto político de ascensão ao poder, demarcando-se no povo e excluindo a aristocracia. Ou seja, como a revolução tem sua parte (e é claro predominante) burguesa, o aspecto burguês de Rétif nos serve como referência essencial para compreender esta "fração" ideológica da revolução.

Neste sentido, o começo das *"noites revolucionárias"* é um ataque a aristocracia. Rétif a compara com uma mulher nascida nos confins de Paris e Normandia.

*"Ela foi rica e hoje é pobre, e só vive de pensões, que não a preservam da necessidade, porque elas são abandonadas aos credores. Ela não perdeu apenas sua substância econômica, mas também suas virtudes militares."*¹⁰³

As novelas escritas no período revolucionário estão repletas de nobres monstruosos, que violam e matam burgueses inocentes. Rétif traça também para um jovem guarda nacional pouco depois da execução de Luís XVI, um quadro completo de todos os abusos cometidos pela aristocracia.

*"A corte, com suas dissipações, sua imoralidade, seu mau exemplo, seu desprezo pelo gênero humano, os ministros, com seu despotismo e sua capacidade, a justiça dos parlamentos, com sua crueldade, o sistema tributário, que oprimia o povo, isentando as ordens privilegiadas, e impedia a circulação de riquezas."*¹⁰⁴

O Rétif, burguês, pertencedor da "classe do meio" conseqüentemente nesse seu aspecto distancia-se das camadas populares, dirigindo sérias imprecizações contra a ralé.

"Sempre vi, pensei, escrevi, que o baixo povo sem instrução, é o pior inimigo de todo o governo. 'Quais as verdades que não entram na cabeça estúpida do povo? As verdades eternas da economia política segundo Adam Smith, que mostram as vantagens para todos de uma divisão de trabalho natural, sem interferências de qualquer tipo. As vantagens internas, em primeiro lugar. A lavadeira apedreja a mercearia, e odeia sua proprietária, por ser mais abastada que ela. 'Ela não poderia estocar mercadorias sempre prontas para venda, e por falta desse

¹⁰³ Ibidem, p.49.

¹⁰⁴ Ibidem, p.50.

estoque a lavadeira teria que buscá-las, e com isso perderia tempo e fregueses, e acabaria ficando desprovida de pão!'.¹⁰⁵

Há em Rétif uma indignação moral aos pobres, “os maus operários querem ganhar muito mas trabalham pouco”¹⁰⁶, o que para ele desorganizaria a produção prejudicando a moralidade pública.

Como representante da burguesia, nosso sublitterato está em perfeita sintonia com as correntes mais influentes da revolução, tanto na vertente *Antiaristocrática* como *Antipopular*.

Em suma o Rétif burguês, faz uma interpretação que vai ao encontro da corrente de pensamento predominantemente da revolução, o que nos permite entendê-la por este viés, por outro lado, a reflexão do pensamento burguês na sua escrita provavelmente contagiou e influenciou seus leitores burgueses a inferirem no processo revolucionário a luz de seus pensamentos.

Esta relação entre uma das personalidades de Rétif, com um dos segmentos revolucionários é que permitirá compreender a revolução na visão de todas as classes envolvidas no processo, ao mesmo tempo que cada facção do autor exprime uma "conscientização" revolucionária a cada segmento social que se identifica com uma determinada postura do mesmo.

Como a revolução também é campo, pois o campesinato começou a invadir castelos e pilhar propriedades rurais forçando a Assembléia a abolir os prerrogativos feudais. Explicarei então, porque Rétif também é camponês para entendermos a Função escritor-revolução.

¹⁰⁵ Ibidem, p.50-51.

¹⁰⁶ Ibidem, p.51.

É camponês porque: é filho e neto de cultivadores, seu enraizamento original é o campo. Como camponês odeia a cidade (lugar dos vícios, de depravação). Nesta sua outra condição, agora como homem do campo, Rétif dirige seus escritos à denúncias ao injusto sistema fundiário francês apresentando propostas de melhorias a população rural.

A política da revolução, com efeito, viabilizou a pequena exploração agrícola pela abolição dos abusos feudais difundindo-a pela venda dos bens nacionais. Rétif concordou, mas ainda não era o ideal a ser alcançado seria preciso

*“proteger a propriedade, e só impedir as fortunas excessivas quando estão em terras.”*¹⁰⁷

Porém, ao advogar a pequena propriedade camponesa, Rétif entra em sintonia com a corrente de pensamento ligada ao campesinato.

*“Nas noites, ele denuncia o dizimo, que empobrecia o campo a favor da igreja, a gabela' que condenava o viticultor a jamais receber o vinho', os direitos de caça, que colocam 'o habitante dos campos abaixo dos animais ferozes', e de modo geral os privilégios rurais do Ancien Regime, que para os camponeses eram tão atrozes quanto políticos'”*¹⁰⁸.

Mas, a verdadeira solução seria o COMUNISMO AGRÁRIO preconizados no *Andrographe*, o qual advoga a repartição igual de terras, que seriam dadas apenas em usufruto aos seus beneficiários. Ora esse mesmo espírito coletivista fora preconizado por Babeuf na "conjunção dos iguais", coincidência? Sérgio Paulo Rouanet pode nos esclarecer melhor:

“o coletivismo de Babeuf não pode ser dissociado do movimento da revolução como um todo. Foi um dos momentos do processo revolucionário, do mesmo modo que foi uma das dimensões de pensamento de Rétif, não há notícia de que ele tivesse interessado pelas idéias de Babeuf, mas é quase impossível que o autodidata Babeuf tivesse ignorado os livros de Rétif, cujo Poyson perverti, com os estatutos de oudum foi um enorme sucesso literário”.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Ibidem, p.57.

¹⁰⁸ Ibidem, p.57.

¹⁰⁹ Ibidem, p.59-60.

Neste sentido é quase que visível a influência dos escritos de Rétif, no pensamento de personagens reais e importantes do processo revolucionário, portanto, além de inspirar a classe camponesa na luta contra o Antigo Regime, de certa forma Rétif, influencia nos rumos da revolução. Apesar do comunismo agrário não se efetivar na prática, a terra foi multiplicada, e os impostos excessivos abolidos obtidos, assim como os entraves feudais.

Por outro lado temos também o Rétif proletário, que viveu na cidade e acompanhou o mundo da plebe (lavadeiras, bêbados, costureiras, prostitutas). Neste seu outro perfil, não vê a massa "canalha" mas somente as massas ofendidas vítimas da injustiça social. três anos antes da revolução dirige palavras ameaçadores aos ricos. Ora, este novo Rétif irá ao encontro também de uma outra parte da revolução; a que se procedeu na rua pelo povo que tomou a Bastilha, depois a realeza, provocou matanças, etc.

No Thesmographe, escrito para os Estados Gerais faz um apelo à luta de classes, para destruir a propriedade privada.

*"(...) ó meus irmãos, se necessário farei uma insurreição geral. A sociedade degradou os homens e só enobreceu os cães. Estes foram privados de sua ferocidade e os homens de sua humanidade."*¹¹⁰

Neste momento, sua linguagem aproxima o de Rousseau, Babeuf, e do jovem Marx para qual a classe operária "aliena" sua riqueza vital a favor da classe burguesa e que vê na propriedade um processo de confisco.

No Andrographe advoga o estabelecimento de comunas industriais, no Thesmographe a supressão da propriedade. Esta nova faceta de Rétif é uma importante faceta da Revolução Francesa: A Revolução Popular feita pelo povo concreto, o povo *sans-culottes* que impôs sua vontade aos advogados da constituinte e que:

¹¹⁰ Ibidem, p.61-62.

*“Não encara a propriedade como sacrossanta, porque nunca foi proprietário. Massacra seus inimigos porque ele próprio será massacrado se os exércitos prussianos entrarem em Paris. Esse povo é democrático, mas não é liberal. O imaginário social desse povo não é alimentado pelos filósofos da ilustração.”*¹¹¹

Em suma, Rétif sans-culotte, exprime em grande medida a dimensão popular da revolução, seu ódio aos ricos, seu desprezo pela propriedade, suas fantasias igualitárias, a violência e o terror, a ausência da liberdade e a aceitação do massacre.

Por último, Rétif possui na sua personalidade como escritor, mais uma faceta: o ARISTOCRATA, no qual seus escritos possibilitarão entender a revolução sob o prisma da aristocracia e em grande medida representará os anseios dessa classe para a tomada do poder, pois, provavelmente sua literatura agora "nobre" mexeu muito com os nobres leitores.

Rétif é aristocrata porque:

*“Considera-se de família nobre, fazendo remontar-se sua origem ao imperador Pertinox de onde derivaria o nome Rétif, obstinado. A genealogia é certamente fantasista, mas seus brasões de nobreza agrária parecem indiscutíveis.”*¹¹²

Assim, como existe uma parte aristocrata em Rétif, existe a mesma na revolução lembrando que foi do nobre La Fayette, na Assembléia dos notáveis, que partiu a reivindicação de que fossem convocados os Estados Gerais, o que nos remete a mais uma ligação escritor-revolução para explicar o fato como um todo.

Na linguagem ainda de Rousseau, mas na intenção oposta, Rétif defende que a teoria do Estado de natureza era usada contra a sociedade fundada no sistema de privilégios e não a seu favor, conseqüentemente:

“Se o Estado de natureza se caracteriza pela liberdade, que se reduz ou desaparece no estado civil, é razoável concluir que na sociedade contemporânea só o aristocrata pode ser considerado um homem natural, porque, o sistema de privilégios o libera de todos os freios e que inibem a vida dos outros homens e

¹¹¹ Ibidem, p.63.

¹¹² Ibidem, p.44.

*que inversamente é o trabalhador que está mas longe do Estado de natureza, porque é totalmente dependente dos que o empregam.”*¹¹³

Para os aristocratas a igualdade é um sonho irrealizável, pois para eles os homens superiores estão acima do bem e do mal. Ele se vale de sua imunidade a lei comum para fazer a felicidade dos homens pela *violência, pelo crime*. Para Rétif esses homens devem destruir a sociedade. Numa carta à D'Arras mostra toda a Revolução: A guerra à superstição, a abolição a ordens religiosas, libertação as noviças, abolição dos direitos feudais, o culto a razão, a venda dos bens nacionais aos camponeses.

Para Rétif seu personagem D'Arras corresponde a Mirabeau, mas D'Arras fora criado três anos antes do aparecimento político de Mirabeau. Este último tinha semelhança com o primeiro, sobretudo, do que diz respeito ao desprezo aristocrático pelas classes inferiores, a energia humana e um projeto de uma revolução feita pelo "alto", para o povo, mas não através dele.

Numa suposta entrevista que *Rétif* teve com *Mirabeau*, este se responsabiliza pelos atos de violência cometidos pela revolução, no debate emerge uma linguagem da aristocracia revolucionária que foi *anti-absolutista* (porque o centralismo de *Versalles Kolhiaur* a liberdade de ação), *antiburguesa* (por não poder acompanhar a destruição dos privilégios nobiliárquicos) e *antidemocrática* (porque a liberdade não poderia ser posta nas mãos de uma classe que nasceu para ser tutelada à outra).

Rétif redigia panfletos defendendo Mirabeau, é evidente, porém que o Rétif (camponês, burguês, proletário) não aprovaria tudo na aristocracia, ele sempre criticou a nobreza de crote, por ser decadente e parasitária, mas nesse momento o interessante a perceber, são os sinais de parentesco entre o autor e a aristocracia. Como aristocrata Rétif

¹¹³ Ibidem, p.66.

despreza as classes inferiores pela ignorância do povo e prega um antidemocratismo aristocrático que vê o povo como objeto de um paternalismo.

Em suma, esse autor é tão rico no alcance de suas interpretações que até a última revolução incrustada na Revolução Francesa (a aristocrática) encontra ressonância e expressão em *Rétif de La Bretonne*.

Concluindo este tópico, quero esclarecer que a multiplicidade da personalidade de Rétif é crucial e imprescindível para uma análise *Holística* das várias dimensões da revolução, pois esta, como o próprio autor, também é: *burguesa, camponesa, proletária e aristocrática*.

Mas, o leitor, nesse momento pode estar pensando: como é possível intercalar todas estas facetas e contradições num só tempo e espaço, entendendo que na verdade a correspondência entre Rétif e a revolução é apenas parcial. Sobre a revolução pode se dizer que seu tempo é *linear* (pois a partir de seu acontecimento fundador ela marcha para o futuro - progresso - sem retrocessos) e seu espaço é aberto (pois a revolução unificou o espaço territorial). Mas Rétif é ambíguo quanto à concepção Tempo/espaço. Para Rétif o tempo é cíclico, não acredita em mudanças na sequência das gerações, na política, os opressores e oprimidos existem e renascem eternamente e para ele o espaço de modo geral é fechado, pré-capitalista onde os bens não circulam e o incesto e a garantia do espaço segregado.

Essas contradições (tempo/espaço) seriam condições reais, dada pelo entrechoque de classes sociais diversas, mas Sérgio Rouanet prefere vincular as contradições à polaridade cidade/campo, ou burguesia/proletariado ou campesinato/aristocracia. Propondo como hipótese que o tempo linear e o espaço aberto predomine no polo Urbano no qual, as duas dimensões (urbano/rural) sintetizaria neste,

possibilitando, assim, a compreender a revolução na perspectiva do tempo linear e o espaço aberto.

Rétif, por não fazer esta síntese, tenta superar as condições através de MEDIAÇÕES IMAGINÁRIAS, que justapõe as tendências, como a festa cívica, o novo calendário¹¹⁴ e gravar datas nas pedras a fim de corrigir com categorias do tempo linear (no momento em que faz suas inscrições nas pedras, faz um aceno ao futuro e quando as relê, está revivendo o passado).

Para ele o futuro é calculável e não é nem redundante como o Tempo circular e nem imprevisível como no tempo linear. Rétif faz os dois na sua fantasia. Ou seja, graças a esses rituais, ele volta a comunicar com a revolução numa temporalidade linear, pelo seu compromisso com a revolução.

Na questão espacial,

*“ele resolve a tensão entre o espaço fechado do campo e o espaço da cidade pela mediação imaginária de um espaço urbano que em parte é o da cláusula, e em parte o da livre circulação, do mesmo modo que resolve a contradição entre o tempo reversível do campo e o tempo linear da cidade pela mediação imaginária de um tempo linear híbrido, ainda com traços da temporalidade cíclica. Graças a esse duplo compromisso, Rétif, incapaz de uma síntese real dos dois universos, estabelece entre eles uma mediação fantasmática, que basta para colocá-lo subjetivamente, em sintonia com as coordenadas espaço-temporais da Revolução”.*¹¹⁵

Um outro problema existente na relação escritor-revolução são as multiplicidades de Rétif nos planos narrativos, pois, em momentos escreve sobre si mesmo, outros comenta a revolução, e outros é historiador da revolução, então, como intercalar estes planos de forma a existir coerência (unidade) narrativa para entender a revolução através de Rétif, pois nas *Noites de Paris* por exemplo existe a narrativa autobiográfica - a ficcional e a histórica.

¹¹⁴ Rétif havia proposto antes da revolução, um novo calendário, a começar o ano no dia 21 ou 22 de dezembro, sugerindo mudar os nomes dos meses, igualá-los uns aos outros, etc.

¹¹⁵ ROUANET, Sérgio Paulo. Op. cit., p.88.

De fato, as vezes os três planos se juntam no mesmo relato, porém, não há uma verdadeira interpenetração dos planos, pois, cada um mantém sua autonomia, então, há de se perguntar, como eles se comunicam? Sérgio pode nos responder melhor:

*“Proponho a seguinte hipótese: os planos se comunicam, num nível estrutural, através de certos esquematismos unificadores, que por sua vez se comunicam com a própria Revolução Francesa. Poderíamos proceder dedutivamente, extraindo da revolução esses esquematismos, para aplicá-los em seguida aos três planos narrativos, ou indutivamente, desprendendo das narrativas esses esquematismos, para aplicá-los depois à revolução. Seguirei o segundo caminho”.*¹¹⁶

Neste sentido, o esquematismo essencial da unificação dos planos mais freqüentes em *Rétif* é o do SER contra o APARECER, segundo a trilha de Rousseau. A linha divisória entre o ser e o aparecer coincide com a linha divisória entre o bem e o mal. A verdade é um bem e o aparecer é um mal.

Um caso típico do ser contra o aparecer é quando Luís XVI faz seu juramento na festa da Federação, *Rétif* o acusa de perjúrio, o de ter enganado o povo coisas que pareciam verdadeiras mas eram insinceras.

*“ 'Um rei que jura à sua nação deve manter seu juramento. (...) Pensei ver lágrimas em seus olhos. Seriam lágrimas de enternecimento? Também o crime dos girandinos foi o de parecerem patriotas, sendo na verdade inimigos do povo.' Eles que acreditávamos verdadeiros patriotas, os mais firmes sustentáculos da liberdade: eles nos tinham enganado”.*¹¹⁷

Mas como novelista *Rétif* justifica o aparecer sobre o ser, na novela *La Fille Culottée*,

“uma menina sai a rua disfarçada de rapaz, para escapar dos possíveis violadores”.

¹¹⁶ Ibidem, p.93.

¹¹⁷ Ibidem, p.94.

Porém, no plano autobiográfico, Rétif adapta todos os ventos da revolução, aprovando (1793) os massacres que condenavam em 1791, exaltando Marat depois de o desprezar.

As variações de Rétif como porta voz de interesses antagônicos e devido ao esquematismo ser e aparecer. Esse autor, por exemplo, como historiador, muitas vezes confere um valor positivo à dissimulação.

*“Durante os massacres de Setembro, uma das jovens internas do hospital, para não ser estuprada, recorre, ao mesmo artifício da 'fille parcheminée' desfigurando o rosto com emplastro. Assim, ele critica o Luís XVI por erro e cegueira quanto a seus verdadeiros interesses, mas não por ter tentado, secretamente, restabelecer a sua autoridade. 'Ninguém duvidaria que ele tivesse feito todos os esforços nesse sentido, tanto em público, como em segredo'.”*¹¹⁸

O Esquematismo atravessa os três planos, seja da defesa do ser em sua pureza, seja pela aceitação tática do aparecer. Os girondinos foram acusados de atividades contra revolucionárias (o que era falso) mas plausível, porque sua oposição a montanha aglutinou vários grupos hostis a república. Mas o importante era defender o ser contra o aparecer o que correspondia à lógica da revolução. Cada revolucionário era um agente do ser contra o falso aparecer, a consequência é o massacre dos culpados. Mas os planos não se resolveram, por aí, aparece ainda o segundo esquematismo, pois Rétif só aceita multiplicidade de todas as classes no objeto e não no sujeito, então para voltar a unidade aparece ainda a dialética UNO/MÚLTIPLO, a exemplo das três novelas, na qual o autor reduz todos os seus amores a uma só pessoa em resposta à sua interpretação da revolução a qual considera a fusão da multiplicidade na unidade. Em 1789 é a unidade Rei/Nação

*“por toda parte o rei é o chefe e a nação é o corpo”.*¹¹⁹

¹¹⁸ Ibidem, p.96.

¹¹⁹ Ibidem, p.101.

Então pelo esquematismo se, Rétif defendeu o rei em 1789 e condenou-o em 1792, foi porque num momento o rei garantia a unidade e no segundo quebrou-a.

“Sim, o rei era apenas um homem, mas esse homem era o ponto de união de 24 milhões homens entregues à dispersão e por isso merece a morte.”¹²⁰

Na assembléia dos Notáveis, parecia haver uma unidade de interesses entre ARISTOCRACIA/BURGUESIA, contra o rei, mas isto se desfez quando a revolução atacou os privilégios. Na revolução cada ilusão dissipada era um novo impulso para a recomposição da unidade, daí a revolução caminhar para o CENTRALISMO (mobilização de todas as facções em defesa de objetivos comuns).

Porém, a revolução na verdade foi múltipla, heterogênea e plural, mas de modo geral recusou-se a tomar consciência de sua diversidade, quis reduzir sua multiplicidade empírica a uma unidade fictícia e fracassou, não obstante, foi essa unidade ilusória da revolução que possibilitou as abstrações imaginárias de Rétif acompanhar o processo revolucionário, permitindo nós historiadores a entendê-la por meio do ilustre Rétif de La Bretonne.

Por último, ressalto mais uma vez a relevância de Rétif na sua empatia com a revolução, é evidente que esse autor, apesar de não resolver o dilema total das contradições da revolução (o que seria quase impossível, entendendo as etapas diferenciadas do processo: LIBERAL, JACOBINA, SANS CULLOTES) pode ser apontado como inspiração para grandes historiadores da Revolução Francesa, como JULES MICHELET visto que é um historiador republicano da revolução e que tem no povo seu grande herói, assim, como Rétif.

Este fato pode ser afirmado relacionando JULES com Rétif e observando as semelhanças de interpretação. A exemplo no julgamento de Luís XVI, onde, os dois têm

¹²⁰ Ibidem, p.105.

respostas muito próximas, “o povo tem direito, sim - na verdade, o soberano é ele e não o rei.

Luis era culpado”¹²¹, afirma Michelet assim como Rétif.

No julgamento de Maria Antonieta:

“*Essa mulher saberá que mereceu a morte*”. (Rétif)

“*A rainha era culpada*”. (Michelet)

Para finalizar não podemos esquecer a importância de Rousseau à baixa literatura, Rétif tem visivelmente sua marca. E por último, entendendo que as obras “político-pornográficas” eram as mais consumidas na França e Rétif pode ser apontado como um de seus maiores expoentes, não seria possível entender a relação iluminismo-revolução sem dar uma “*passadinha*” por Rétif.

Para complementar de forma ilustrativa toda essa discussão sobre o “Baixo Iluminismo” e a Revolução Francesa, incluiremos nesta última parte, a análise do filme de Ettore Scola *Casanova e a Revolução*, na perspectiva de enriquecer a abordagem do conteúdo didático, apropriando-se de um recurso visual (uma fonte alternativa) para ministrar uma aula mais interessante, criativa, capaz de envolver o aluno e fixar melhor o conteúdo.

Previamente, pretendo esclarecer que este filme não representa um encontro direto e completo de meu trabalho neste momento, porém, considero imprescindível utilizar alguma de suas passagens (e são várias) para ilustrar esse submundo das letras, sua importância para a revolução e para uma representação mais holística do tema através de um representante da “boêmia literária”: o ilustre escritor Rétif de La Bretonne.

A fim de tornar mais explícita a análise do filme, dividirei suas cenas em três grupos: primeiro aquelas que nos remetem à ilustrações possíveis e cabíveis referentes ao Capítulo II. Segundo, as cenas que ilustram o livro de Sérgio Paulo Rouanet (*O Espectador*

¹²¹ Ibidem, p.112

Noturno) e terceiro, as cenas polêmicas que nos remetem a entender a revolução, não como uma ruptura com o passado, mas como uma continuação.

Então, vamos às cenas que ilustram o que foi mencionado no Capítulo II. A começar pela censura, seguida de confisco, às obra consideradas “perigosas” ao sistema. No início do filme, oficiais da corte lêem livros de Rétif que contavam suas experiências sexuais:

“Dia 8 de fevereiro a Irmã Pinen me penteava e eu lhe metia a cara entre as coxas. Ela dizia: Aproveite mesmo! E também gostava. Dia 10 de maio Matilde, conhecia-a num bordel. Só depois descobri que ela era minha filha e eu o seu pai”.

Os agentes consideraram tais obra um escândalo. Um oficial pede ao outro que conte quantas obras e registre. Eram 1230 exemplares. O oficial diz que iria confiscar o material, a filha de Rétif pergunta se ele tem direito, o oficial afirma que o confisco é para o pagamento de dívida, a filha reclama: *“como vai tirar seu ganha pão?”*, e o oficial retruca: *“É lei. Afinal ele teve 400 mulheres e não paga pensão a uma”.*

Esta mesma cena mostra também outros tipos de obras que os subliteratos produziram. Rétif naquele momento, imprimia do próprio autor a *Declaração dos Direitos* de um famoso escritor da Revolução Americana, porém, como já foi dito sobre os “boêmios literatos”, Rétif ainda não tinha recebido dinheiro algum pelo o que fazia. Tal fato, nos remete a perceber uma outra característica do underground literário: a miserabilidade financeira e conseqüentemente moral do escritor.

No filme, Rétif tem relações sexuais com a própria filha e permite a mesma se prostituir para ajudar financeiramente o pai, visto que ambos estavam convencidos que ser um escritor nefasto na França “não encheria a barriga de ninguém”.

O filme mostra de forma sucinta um pouco do mundo e do ambiente underground, assim como a personalidade devassa e o modo de vida do subscritor. Rétif

no filme aparece de roupas pretas, andando sem dinheiro por ruas e becos escuros, próximo a bordeis (Rétif é seduzido por uma prostituta), conversando com mendigos de igual para igual. Um mendigo aparece e pede esmola a Rétif, este responde: *“Eu também pediria esmola. De cá um aperto de mão”*.

Há outras referências no filme sobre os ambientes freqüentados por Rétif, como o oficial amigo de Rétif que o conhece das esbórnias praticadas nas tavernas ou seja, fica claro nas imagens o gosto de Rétif pelas mulheres e bebida.

Uma outra passagem interessante no filme refere-se à cena que ilustra como funcionava na prática o sistema de privilégios na França. Casa Nova no filme é o “representante de gala” de todo o Antigo Regime e da opulenta aristocracia. Mesmo iniciado o processo revolucionário e depois de muita “comilança” e bebedeira ao lado de uma mulher numa taverna, o anfitrião pergunta a Casa Nova: *“As turfas, as perdizes, as sobremesas, queijos, vinhos, quem vai pagar?”* Casa responde: *“Eu! Se gritar: viva a dignidade”*, entregando uma letra de crédito ao anfitrião.

*“Uma letra de crédito assinada por um dos Wallenstein!
Pela presente reconheço com obrigação de honrar daqui seis meses a dívida contraída pelo Sr. _____, correspondente a quantia de _____
Francos (por a importância no espaço em branco) em favor do Sr. (por nome do credor). Assinado e endossado pelo Cavaleiro de Seingalt”*.

Não há tantas referências no filme voltadas para a ilustração da “boêmia literária” ou da sociedade francesa; não obstante existem inúmeras cenas que por outro lado explicitam bem o Capítulo III e a importância de Rétif para entender a revolução.

Fica evidente no filme, em algumas passagens, a multiplicidade da personalidade de Rétif apontada por Rouanet. O Rétif burguês citado neste Capítulo III, aparece na cena quando dizem que Lafayette dá ordem de captura do rei e o oficial menciona: *“Não fala de captura e fuga, diz amigos da revolução. O rei foi raptado”*. Neste

momento, Rétif se posiciona como burguês, inferindo com sua fala nos desdobramentos da revolução, afirmando:

“A ordem de captura não foi do capitão, mas da Assembléia Nacional. Que idéia genial a de ‘rapto’ e tentar salvar a coroa”.

Se certificarmos que neste momento a Assembléia era liderada pela burguesia girondina favorável à monarquia constitucional e, portanto, necessitando da permanência mesmo que simbólica da coroa (fato confirmado pelo próprio Rétif neste capítulo), Rétif com sua afirmação mostra-se aliado dessa burguesia, acrescentando que o povo não queria o rei morto.

Mas, em outra passagem, a outra face de Rétif aparece, o “Rétif - Povo”, que como grande observador sente as injustiças sociais e a indiferença do povo com o que estava acontecendo, afirmando:

“A pouco olhei o rosto desses camponeses. Não era, rostos emocionados, nem felizes por encontrar o pai perdido. Nos rostos lia-se séculos de fome e humilhação, a certeza de que não chegou o fim das injustiças”.

Um fato muito importante para compreendermos a visão que a aristocracia (e Rétif tem uma parte nela) tinha da revolução e do poder nas mãos do povo aparece claramente no filme quando Casa Nova começa a dizer

“Não estou satisfeito com tudo o que acontece desde 1789. Tudo está deformado. Tenho saudades. Tudo era cheio de harmonia. A dignidade era respeitada e foi a primeira e mais importante coisa que se perdeu. O povo será soberano, o mais brutal e tirano”.

E o cacheiro responde: *“basta, eu o proibo de falar assim. Eu dirijo a você, Sr. Casa Nova”.* Casa, com toda a gentileza, responde.

“Bem , eu lhe agradecerei. Demonstrou que tinha razão ao falar assim. Mas na velha França, ninguém teria me proibido de falar”.

Aparece um burguês na cena e diz ao cacheiro: *“Só deve proibir os atos nocivos a sociedade”*.

O cacheiro responde: *“Há também palavras nocivas”*.

O burguês volta a responder: *“Talvez, mas proibi-las é um passo para a tirania”*.

Portanto, é possível enxergar nesta cena, a idéia preconceituosa da aristocracia em relação ao povo, visto como um selvagem, ignorante, incapaz de administrar o Estado e conseqüentemente tirano para fazer valer a sua “incompetência”. Por outro lado, percebemos as mudanças no comportamento do povo que não mais aceita passivamente as ordens dos “estados superiores”. Isto também é visível numa cena que a dama da coroa ao sair da diligência pede para a amante do cacheiro tirar o seus véu e esta responde: *“Não sabe tirar sozinha?”*

Numa outra cena, um miserável homem do povo agride sexualmente a dama da corte, por imaginar que após a revolução a aristocracia, tão opulenta e promíscua agora em decadência, imediatamente igualaria-se ao povo vil. A ideologia burguesa mostra-se eficiente ao fazer o povo pensar que está no poder. O miserável diz:

*“Princesa, dê-me um beijo.
O que é que lhe custa hein?
Venha cá!
Seu rei fugiu, eu vi. Foi ele quem me disse: ‘Pegue esta sem-vergonha!’
Que deu em você princesa. Eu também quero.”*

Há uma outra passagem no filme interessante para também ilustrarmos a sensibilidade do povo para com as relações amorosas. Esta cena aparece quando a diligência que pretendia alcançar o rei em fuga, passa por alguns camponeses à beira da estrada, carregando as pessoas dentro e fora dela. O cacheiro e sua amante, que estavam

fora, trocam beijos neste momento. Os camponeses param de trabalhar e começam curiosamente a olharem para a cena amorosa sob reação de risos, gozações e alegria.

Estas passagens, como tantas outras relacionadas à sexualidade é o eixo central do filme, diferentemente do livro de Rouanet, que norteia-se mais para o esboço de apresentar a influência de um “baixo iluminista” (Rétif) para a revolução, pelo caráter socialista e de crítica política de suas obras. O filme de Scolla já privilegia outra abordagem, que auxilia a compreensão do fenômeno mais pela análise da sexualidade, que se inferiu no processo revolucionário. Portanto é pois pela junção dessas duas fontes (livro/filme) que pretendo abranger a ilustração do tema como um todo, pois tanto o aspecto socialista como o pornográfico de Rétif é imprescindível para a eclosão e o entendimento da revolução.

No filme, fica evidente a sensibilidade, interesse e curiosidade de diversos segmentos sociais (como o povo, a aristocracia) para com cenas e relatos amorosos e até escabrosos.

A própria dama de Luis XVI lia e gostava das obras pornográficas de Rétif, afirmando ser ele um conhecedor da vida, das mulheres, do amor, das paixões. Casa Nova, o representante mor da aristocracia leu *Filha Natural?*, *Menage Parisiense*, *Novo Abelardo*, *Os Contemporâneos*, *Perverso*, entre outras obras de Rétif. Grande parte da aristocracia e das mulheres em geral gostavam de ler as obras amoroso-políticas de Rétif.

A exceção da burguesia moralista, os relatos amorosos eram muito consumidos ou absorvidos na França. Em várias cenas do filme, o banqueiro (representante da alta burguesia) não via com bons olhos as obras do escritor.

“Nunca li seus livros. Têm cenas escabrosas e deviam ser queimados. A anos li algo dele num jornal que me deixou chocado, previa perturbações, desordens e tudo aconteceu. Esses filósofos, enciclopedistas, desacreditam o regime. A Europa está cheia escritores com linguagem sedutora”.

Mas esta burguesia moralista que futuramente implantaria um novo regime sob a égide de uma nova moral, mais repressora (destruindo o elegante, glamoroso e sedutor mundo aristocrático), fosse a facção social menos consumidora de pornografias.

De resto, Rétif com suas obras político-pornográficas entendendo o interesse do povo pelas “baixarias” do regime, despertou os olhares da grande parte da população para a degeneração política e moral do Antigo Regime, dessacralizando seus símbolos, diante das classes revolucionárias sedentas por mudanças principalmente políticas, sociais, econômicas, jurídicas ... mas não necessariamente morais, com exceção da burguesia.

A pornografia de Rétif foi um meio encontrado para atrair a atenção da população francesa (foi um meio) para expor a propaganda revolucionária à um grande público sensível às questões sexuais, na perspectiva de atingir seu objetivo final: a crítica e a mudança política.

CONCLUSÃO

Comecei este trabalho ao observar as lacunas encontradas nos livros ao abordarem o tema “Iluminismo - Revolução Francesa”. Porém, não imaginava sob o auxílio de uma historiografia mais recente, deparar com uma delicada e complicada questão que apareceu: a sexualidade.

No entanto, não abdiquei da pesquisa, pois esse tema é uma inquietação que carrego desde o colegial, mesmo sabendo das dificuldades e das polêmicas que vão girar em torno deste estudo, resolvi prosseguir por considerar importante uma pesquisa inovadora no campo da história cultural.

Além do mais, depois de muito estudo, percebi que seria praticamente impossível (e imprescindível) entender o binômio relacional sem passar pelo universo da sexualidade, promiscuidade, libertinagem e pornografia, visto a obscenidade e a imoralidade (sexual) da aristocracia da época.

Peço que os leitores e/ou julgadores dessa monografia, não confundam a minha integridade pessoal e profissional enquanto historiador com aquilo suscitei durante a pesquisa.

Faço estes esclarecimento e/ou estas ressalvas por entender a estrutura fechada, moralista e assexuada da escola e/ou ensino no Brasil. Sabemos que durante séculos a educação brasileira fora fortemente permeada de valores cristãos e atualmente segue sob a ética da moral burguesa.

Não estou criticando a escola por atuar sob tais critérios de conceber a sexualidade, mas espero estar contribuindo para um “despertar” de consciência, uma abertura para se discutir questões polêmicas do cotidiano dos próprios alunos e das pessoas.

Como foi dito, estas questões existem concretamente na história e na realidade, então, ao invés de omiti-las, o que seria não educar dentro da totalidade em que vivemos, por quê não esclarecê-las?

Sabemos das dificuldades em falar de sexo e pornografia nas aulas de história para uma sala “assexuada” do ensino médio ou fundamental. Como também seria complicado, por exemplo, para um professor de biologia falar sobre AIDS, impotência, masturbação, menstruação, etc.

Por outro lado, ficam evidenciadas as falhas no nosso processo de aprendizagem, em utilizar livros com esparsas lacunas em seus conteúdos, além da própria postura de muitos professores, que a meu ver, não estão preparados para conduzir os alunos a um pensamento crítico e reflexivo.

Todavia, acredito na democratização real do nosso país, o que gradualmente poderia, com contribuições inovadoras como este trabalho, ajudar a escola como as autoridades do ensino, a pelo menos abrirem espaço para novas discussões e/ou reflexões acerca da qualidade do ensino, o que se apreende, como se apreende e com qual objetivo.

Questões complicadas como a sexualidade deveriam aos poucos serem melhor discutidas na própria sala de aula, pois fazem parte de nossa realidade e omiti-las, assim como os fatos, não gera mudanças e perpetua o estado de “coisas” que aí estão.

A discussão do filme, pode ser bem mais abrangente, por envolver a reflexão de entender a revolução como continuidade, idéia a qual compartilho também e o que me remete a dizer que o “baixo iluminismo” fora mais revolucionário do que o “alto”, mas que porém, ambos não foram responsáveis por uma ruptura radical com o Antigo Regime, entendendo que rupturas assim não acontecem num curto espaço de tempo entre um antes e um depois de 1789.

Não obstante, esta discussão da continuidade não é objetivo imediato deste recente estudo, isto explica o motivo de retratarmos apenas os fragmentos mais pertinentes do filme para ilustrar os capítulos anteriores e o iluminismo.

A junção do filme com uma historiografia atualizada é uma das alternativas visíveis para preencher os vazios encontrados nos livros didáticos e o começo de uma mudança na forma de conceber o ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia M. "O Livro Didático e a População do Saber Histórico". In: SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando História*. São Paulo/Rio de Janeiro: ANPUH/Marco Zero, 1984.
- APOSTILA do Colégio Anglo, 2º Grau, Uberlândia.
- APOSTILA do Colégio Positivo, 1º Grau, Uberlândia.
- AQUINO, Soares et. alli. *História da Sociedades*. 21º ed. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1990.
- BACZKO, Bronislaw. "Iluminismo" In: FURET, F. & OZOF, M.(org.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 755-763.
- CONTRIM, Gilberto. *História e Reflexão*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- _____. *História Geral*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- DARTON, Robert. *Boêmia Literária e Revolução, O Submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DAVIES, Nicholas. "Livro Didático de História: Ideologia dominante ou ideologias contraditórias". In: *Cadernos de História*, Uberlândia: Edufu, 1994, p. 27-40.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989.
- FONSECA, Selva G. "Livro Didático em Discussão", volume 2: Revista do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História do Departamento de História da UFU. Uberlândia, 1995.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LE GOFF, Jacques. "As Mentalidades: Uma história ambígua", In: _____ & NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. (vol. 03).
- MARSON, Adalberto. "Reflexões sobre o Procedimento Histórico". In: SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando História*. São Paulo/Rio de Janeiro: ANPUH/Marco Zero, 1984.
- MARX, Karl. "Prefácio (1859). Para a Crítica da Economia Política". In: _____. *Os Pensadores*. Vol. XXXV, São Paulo, Abril Cultural, 1974, p.133-138.
- MOTA, Carlos Guilherme. "O Cotidiano da História". In: *Revolução Francesa*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- RICARDO; ADHEMAR & FLÁVIO. *História 3*. Edição atualizada. Belo Horizonte: Lê, 1993.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *O Espectador Noturno: a Revolução Francesa através de Rétif de La Bretonne*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Francisco de Assis. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Moderna, 1985.
- SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando História*. São Paulo/Rio de Janeiro: ANPUH/Marco Zero, 1984.
- SOLÉ, Jacques. "Um Triunfo das Luzes?" In: *A Revolução Francesa em Questões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 18-34.
- TURINI, Leide Divina Alvarenga. *Avaliação do Contexto da Ação Pedagógica do Professor de História*. Uberlândia, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) UFU.
- VALADARES, Virgínia et. alli. *Assim Caminha a Humanidade*. Belo Horizonte: Ed. do Brasil, 1982.

- VESENTINI, Carlos Alberto. "Escola e Livro Didático de História". In: SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando História*. São Paulo/Rio de Janeiro: ANPUH/Marco Zero, 1984.
- VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Scipione, 1991.